

ENTREVISTA: “Maior dificuldade na pandemia é que todo mundo vira palpiteiro”, diz secretária de Saúde, Ozenira Félix

COMPORTAMENTO
O perigo mora ao lado: saiba como identificar sinais de abusos de crianças

R E V I S T A

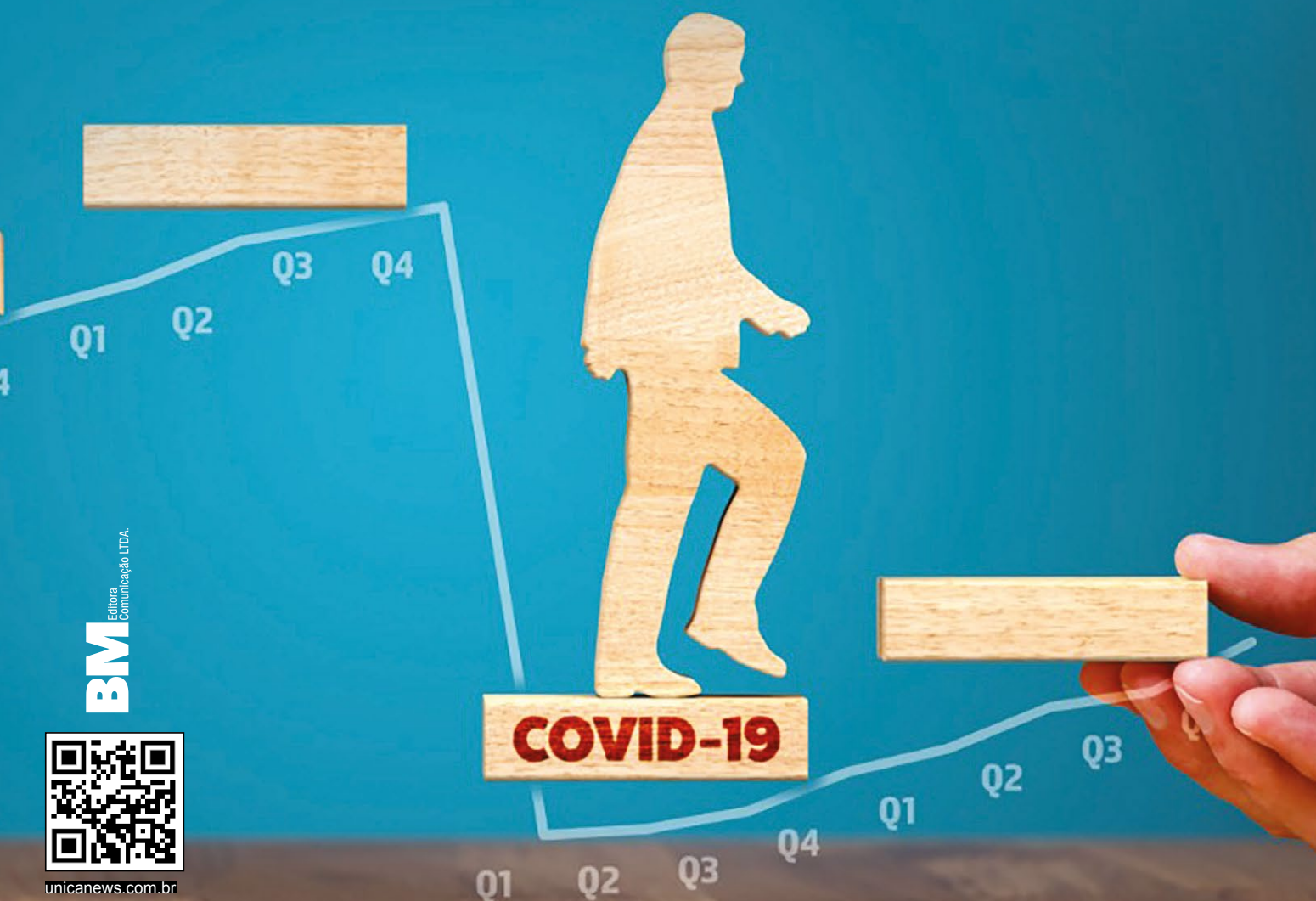
Maio 2021 - Edição 143 ANO 12 R\$ 10,90

unicanews.com.br

UNICA



NOVO NORMAL: *Mercado de trabalho é remodelado com pandemia e exigências aumentam*



BM
Editora
Comunicação LTDA.



unicanews.com.br



Parece afogamento,
mas é Covid-19.

* Pesquisa publicada na revista médica The Lancet Respiratory Medicine em relação a média nacional de internações.

Pacientes relatam que a falta de ar por Covid-19 assemelha-se a sensação de afogamento. Quando grave, a intubação é necessária. As novas cepas do vírus são ainda mais mortais, fazendo com que a cada dez pessoas intubadas, em média, apenas duas sobrevivam.

Respeite as medidas de prevenção.



CUIABÁ
PREFEITURA



UM NOVO TEMPO

“O único lugar onde o sucesso vem antes do trabalho é no dicionário”.
Albert Einstein

Há mais de um ano vimos o nosso mundo mudar. Mudou nossa rotina, mudaram nossos hábitos, mas sobretudo, mudaram as relações de trabalho. Entramos em uma nova era que veio para ficar: o empreendedorismo online.

Nesta edição da Revista Única, falamos sobre o que esperar no período pós-pandemia, depois que todos precisamos mudar radicalmente nossa forma de trabalho e nos adaptar em tempos de isolamento social e quarentena.

O mercado foi para as plataformas virtuais. Até mesmo nosso ambiente de trabalho precisou ser adaptado, desta vez, dentro de casa. Especialistas mostram a você como se reinventar e tirar de letra esses novos tempos, que tem tudo para criar uma nova geração de empreendedores de sucesso.

Ainda sobre pandemia, conversamos com a secretária de Saúde de Cuiabá, Ozenira Félix, que nos fala sobre os principais desafios que a administração da capital precisou enfrentar para que hoje seja referência brasileira na vacinação contra a covid-19, sendo elogiada, inclusive, pelo governo federal.

Segundo ela, os “palpiteiros” de plantão, que acreditam saber mais que os especialistas no assunto, são verdadeiras pedras no caminho de quem quer vencer a pandemia.

Em Comportamento, uma abordagem sobre o Maio Laranja – campanha de enfrentamento ao abuso de exploração sexual de crianças e adolescentes. Saiba identificar os sinais e conheça os canais de denúncia para esses crimes que tanto marcam nossa sociedade.

Em Economia, um assunto que não sai das rodas de conversa: a taxaçoão do sol! É razoável taxar a energia solar, sendo este um produto para consumo próprio de quem produz? Falamos com especialistas a respeito.

Aproveite esta edição, que está repleta de assuntos interessantes e que podem mudar a sua forma de ver a vida pós-pandemia, com a credibilidade e profissionalismo de sempre.

Obrigada a todos vocês! Boa leitura!

Grande abraço,
Lucy Macedo
Diretora Geral
www.unicanews.com.br

www.unicanews.com.br



ESTE MÊS NA ÚNICA

CAPA 24

Transformações de empresas com pandemia exigem que profissionais se adequem



ENTREVISTA 6

Secretária de Saúde de Cuiabá, Ozenira Félix faz balanço sobre ações da pasta na pandemia



ECONOMIA 18

Taxação do sol é contestada por consumidores que discordam de cobrança de ICMS



SAÚDE 34

Calendário vacinal desatualizado coloca em risco vida de crianças



CIRCUITO CHIC: DE CUIABÁ PARA O MUNDO, A DIGITAL INFLUENCER THAYLISE FERREIRA FALA DE SUA VIDA EM LONDRES

44

06 ENTREVISTA

10 VOLTA AO MUNDO

12 NOTAS POLÍTICA

16 AGRONEGÓCIOS

18 ECONOMIA

20 ECONOMIA

24 CAPA

34 SAÚDE

36 ARTIGO

40 ARQUITETURA E DECORAÇÃO

44 CULTURA

46 ARTIGO



Capa Abril 2021

REVISTA
ÚNICA

Diretora-presidente
Lucy Macedo
lucymacedo@unicanews.com.br

Marketing
Roger Perisson
arte@unicanews.com.br

Editora e repórter
Aline Almeida
redacao@unicanews.com.br

Conselho Editorial
Lucy Macedo, Aline Almeida

Colaboração
Lucy Macedo, Aline Almeida,
Euziany Teodoro, Secom Prefeitura,
Secom ALMT e GCOM-MT

Revisão
Euziany Teodoro

Administração e Logística
Kamila Tomazi
kamila@unicanews.com.br

Fotos:
GCOM-MT, Secom ALMT,
Sicom-Prefeitura Cuiabá
Sérgio Soares, Arthur Passos
Carlos Eckert e Roger Perisson

Comercial
(65) 3025 6500
(65) 98405 6400
lucymacedo@unicanews.com.br

A revista ÚNICA é mensal, com circulação em Cuiabá e nas principais cidades de Mato Grosso.

A RESPONSABILIDADE PELO CONTEÚDO DOS ANÚNCIOS, BEM COMO SUAS PRODUÇÕES E COMPROMISSOS INERENTES, SÃO DAS AGÊNCIAS E DOS ANUNCIANTES.

BM Editora Comunicação LTDA.

ANER ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE EDITORES DE REVISTAS
IVZ INSTITUTO VENCEDOR DE ORÇANOS

Av. Historiador Rubens de Mendonça, 1.731,
Centro Empresarial Paiaguás, sala 108, CEP: 78050000
Cuiabá - MT

Tel.: (65) 3025.6500

www.unicanews.com.br



O desafio da saúde na pandemia: Ozenira Félix diz que fortalecimento da atenção básica fica de lição

Secretária municipal de saúde destaca ações de Cuiabá no combate à pandemia e principais dificuldades enfrentadas pela pasta



 ALINE ALMEIDA

Ozenira Félix Soares de Souza é graduada em Letras, com habilitação em Língua Inglesa, tem especializações em Teorias de Linguagem, com ênfase em Língua Inglesa e também em Didática Geral. A profissional contribuiu para a Educação, atuando como professora efetiva de Língua Portuguesa na rede estadual de ensino, em Cuiabá, e na rede municipal de ensino de Várzea Grande.

Também tem pós-graduação em Administração Pública pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

Esteve à frente de vários cargos no poder público, tendo atuado como superintendente-adjunta de Gestão de Pessoas da Secretaria de Estado de Administração; superintendente-adjunta de Gestão de Pessoas da Secretaria de Estado de Saúde; diretora da Escola de Saúde Pública do Estado do Mato Grosso; servidora efetiva no cargo de Gestor Governamental do Estado de Mato Grosso; secretária-adjunta de Gestão de Pessoas da Secretaria de Estado de Administração.

Na Prefeitura de Cuiabá, atuou como secretária de Governo e atualmente comanda a pasta de Gestão e também a de Saúde, interinamente. Entrevistada do mês, Ozenira traz as ações de Cuiabá no combate à pandemia e um balanço da pasta.

Única – Secretária, a pasta da Saúde, em qualquer gestão, é uma das mais difíceis de coordenar. Como é lidar com essa dificuldade somada ao momento de pandemia?

Ozenira Félix – Realmente é uma pasta muito complexa pelo tamanho, volume e complicações. Não é fácil. Tem que ter muita paciência e equilíbrio, que é o que eu estou tentando manter, pois são muitas cobranças. Mas vale a pena. O SUS, neste momento, mostrou sua importância em nível mundial. Países que não tinham um sistema de saúde como o nosso, pereceram muito. Isso que dá força para a gente continuar.

Única – Discorra um pouco sobre as ações do município para lidar com a covid-19.

Ozenira Félix – No caso do município, nós estruturamos toda a rede. Tornamos o antigo Pronto Socorro um hospital referência. Em seguida, quando aumentou muito o número, tornamos o Hospital São Benedito como referência. Colocamos em todas nossas unidades de saúde atendimentos com testagem. Criamos um serviço com mais de 100 celulares para entrar em contato com as pessoas que vão até as unidades, mas que não manifestam sintomas graves. Entramos em contato para fazer o monitoramento dessas pessoas para que elas tratem em casa.

Quando aumentou o número, transformamos ainda o Complexo Verdão e a UPA Pascoal Ramos em unidades exclusivas Covid. O mais importante agora é a vacina. Conseguimos fazer uma estrutura muito boa de vacina. Conseguimos manter o equilíbrio de primeira e segunda dose.

São ações que deram uma certa segurança. A princípio, uma série de críticas, porque as pessoas não entendem o processo, mas o importante é que elas entenderam

o compromisso que a gestão Emanuel Pinheiro tem com a população. Também as campanhas de vacinação que focamos, inclusive em horário nobre da televisão. Tudo para as pessoas entenderem a importância do distanciamento social. Todo trabalho foi feito pela equipe da Secretaria de Saúde, com a ajuda de vários outros órgãos do governo municipal.

Única – Qual tem sido a maior dificuldade de lidar com a pandemia, negacionismo, falta de recursos ou outras adversidades?

Ozenira Félix – A maior dificuldade é que neste período todo mundo vira especialista em covid. A gente tem os palpites, que acham que “faz assim que vai dar”. Não sabem que temos todo um planejamento a ser seguido e não adianta ir no achismo. Temos equipes extremamente capacitadas, que já passaram por outros tipos de pandemia e que estão à frente. Não sou eu ou o prefeito que define como vai ser o processo, é uma equipe técnica especializada. Só que a gente tem na população aquelas pessoas que se acham mais especializadas que os especialistas. Começam a colocar na mídia: “porque não faz assim, porque não age assim, porque não age assado?”. É que na verdade não é o que eu acho. Não vemos o coronavírus sobre a ótica de uma pessoa, mas sim de um grupo que estuda e conhece, para assim tomarmos as decisões.

Única – A cidade chegou a ser elogiada em rede nacional por conta do esquema vacinal. Como a senhora vê este reconhecimento?

Ozenira Félix – Para mim, foi de fundamental importância, porque no início da vacinação, quando traçamos os planos e metas, fomos muito criticados. Teve gente, inclusive, que gritou comigo dizendo que deveria usar todas as doses, porque estava garantido pelo Governo Federal. No

entanto, trabalhamos em cima do trabalho técnico, das dificuldades que observamos que estava tendo em relação às vacinas. Por isso que fizemos todo trabalho de não faltar a segunda dose. Agora, graças a Deus estamos sendo reconhecidos. Não só por isso, mas também pela logística.

Inicialmente, fomos muito criticados em relação à logística, do funcionamento. Hoje temos recebido de outros municípios, de outros locais, perguntas de como estamos trabalhando e como a gente faz. Tudo isso foi bem planejado, não foi uma coisa que decidimos, “vamos fazer amanhã cedo”. Foi planejado e só o reconhecimento do trabalho da equipe da Secretaria de Saúde, que efetivamente fez tudo acontecer.

Única – Saúde não para e outras doenças continuam, mesmo com a pandemia. Como têm sido garantido os outros atendimentos? A população tem ido buscar os serviços ou ainda há o temor de ir às unidades de saúde devido a este momento?

Ozenira Félix – Ainda tem o medo. Reduziu muito nosso atendimento. As pessoas preferem ficar em casa a ir à uma unidade de saúde. Só vai efetivamente quando não tem jeito. Vemos isso com bastante preocupação. O medo de ir e pegar o vírus. Mas, se Deus quiser, agora estamos numa situação bem confortável. Vamos trabalhar para que não tenhamos uma terceira

“ATÉ HOMENS ALEGANDO ESTAR GRÁVIDOS SE CADASTRARAM PARA TENTAR VACINAR. ALÉM DE PESSOAS DE OUTROS ESTADOS”, CONFIRMA OZENIRA FÉLIX.

onda. Para que a gente possa retomar todas as atividades. Tem muitas pessoas precisando de cirurgia, muita gente doente que está sendo preterido ou que não procura o sistema por receio. Mas temos confiança de que isso vai mudar e vamos regularizar o atendimento.

Única – Antes da pandemia, tínhamos uma fila de espera que vinha sendo superada pela Secretaria Municipal de Saúde. O quanto a pandemia impactou e qual o real cenário hoje? Quais iniciativas serão adotadas para que a fila volte a normalizar?

Ozenira Félix – Temos uma fila significativa de pessoas aguardando. No entanto, já iniciamos um trabalho em relação a esta fila. Retomamos algumas cirurgias, depois a pandemia agravou novamente e tivemos que parar. Mas agora estamos fazendo uma reavaliação em todas as pessoas da fila. Temos gente na fila desde 2017. Possivelmente, muitas dessas pessoas podem ter conseguido, ter feito em outro local. Já tem equipes trabalhando nisso. Assim como melhoramos atenção secundária e vamos investir mais nela. Estamos fazendo um trabalho também na primária, justamente para fazer o trabalho de prevenção.

A covid trouxe um ponto muito importante, que não é tratar a doença, é a prevenção. Esperamos que isso nos ajude a melhorar o

atendimento da atenção básica, que é justamente a prevenção.

Única – E as obras na saúde, em que pé estão? Também tiveram que ser paralisadas? Há previsão de retomada?

Ozenira Félix – Muitas das obras tiveram que ser paralisadas, porque os investimentos todos foram para área de covid. Tivemos que utilizar equipes também. Teve várias obras que tivemos que parar, mas já há um cronograma. Já retomamos algumas que, em breve, entregaremos. Outras têm um cronograma de retomada. À medida que vai diminuindo, vamos retomando.

Única – Secretária, foi detectado em Cuiabá pessoas de outras cidades que vacinaram aqui na Capital. Quais encaminhamentos serão tomados?

Ozenira Félix – A Secretaria Municipal de Saúde (SMS) detectou que 2.524 pessoas que tomaram a primeira dose da vacina Coronavac em outros municípios tiveram a segunda dose do imunizante aplicada em Cuiabá. Os dados foram levantados pela coordenação da campanha “Vacina Cuiabá – sua vida em primeiro lugar”, de vacinação contra a covid-19 cruzando os dados do Sistema de Informações do Programa Nacional de Imunizações (SI-PNI), com os cadastros feitos no site da campanha Vacina Cuiabá. Registramos boletim de ocorrência para apurar o caso e eventual responsabilização.

A coordenação da campanha de vacinação está fazendo a revisão dos cadastros. Após a revisão da plataforma de dados salvos pelas pessoas que buscam a vacina contra a covid-19, todo o levantamento será encaminhado para os órgãos de controle – Ministério Público Estadual, Tribunal de Contas do Estado, Câmara Municipal e Polícia Civil –, que já possuem acesso ao sistema fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde, inclusive com o treinamento dos servidores que

possuem o login e senha de acesso.

Única – Quais outras irregularidades a Secretaria de Saúde detectou?

Ozenira Félix – Recebemos diversas denúncias sobre irregularidades de pessoas querendo furar a fila da vacinação. O que chama a atenção é o teor das falsificações, que chegam a 100 cadastros irregulares. Até homens alegando estar grávidos se cadastraram para tentar vacinar. Além de pessoas de outros estados – como Brasília e do Nordeste – e municípios do interior de Mato Grosso tentando vacinar em Cuiabá, burlando os QR Codes e comprovantes de endereço, o que causa transtornos e aumenta as filas.

Única – Secretária, a senhora chegou a confirmar na Câmara Municipal ser vítima de preconceito. Acredita que, por estar à frente de uma das pastas mais importantes, ser mulher e negra está tendo algum peso?

Ozenira Félix – Temos diversas situações que envolvem racismo no dia a dia e eu ainda assumi o cargo em um momento de pandemia. Tem a questão de assumir uma função dessa, com o impacto, e estou contando a minha história por causa disso, pelo impacto de eu ser negra. Esses dias eu tenho sentido o que não senti na minha carreira inteira. Não se define uma pessoa pela cor. Minha história é muito maior que isso. ▲

“A COVID TROUXE UM PONTO MUITO IMPORTANTE, QUE NÃO É TRATAR A DOENÇA, É A PREVENÇÃO. ESPERAMOS QUE ISSO NOS AJUDE A MELHORAR O ATENDIMENTO DA ATENÇÃO BÁSICA, QUE É JUSTAMENTE A PREVENÇÃO”, PONTUA A SECRETÁRIA OZENIRA FÉLIX.

“CRIAMOS UM SERVIÇO COM MAIS DE 100 CELULARES PARA ENTRAR EM CONTATO COM AS PESSOAS QUE VÃO ATÉ AS UNIDADES, MAS QUE NÃO MANIFESTAM SINTOMAS GRAVES. ENTRAMOS EM CONTATO PARA FAZER O MONITORAMENTO DESSAS PESSOAS PARA QUE ELAS TRATEM EM CASA”, DESTACA OZENIRA FÉLIX.



POR TRÁS DE CADA MÁSCARA,
HÁ SONHO.



E ele vai se realizar.
Há esperança que o medo
não conseguiu afastar.
Por trás de cada máscara,
há um sorriso pronto
para iluminar o mundo.

Perto de você para a mudança acontecer.



ALMT
Assembleia Legislativa

Volta ao Mundo



BRASIL É O TERCEIRO PAÍS QUE MAIS CONSUME CERVEJA NO MUNDO

Um estudo divulgado pela plataforma de descontos CupomValido mostra que o Brasil é o terceiro país que mais consome cerveja no mundo, atrás somente da China e dos Estados Unidos. A pesquisa reuniu dados da Credit Suisse, Euromonitor e Statista.

De acordo com o levantamento, o brasileiro consome, em média, seis litros de cerveja por mês e o gasto médio por semana é de R\$ 46. No mês, totaliza R\$ 184, o que representa 16% do custo do salário mínimo nacional. Além disso, 9% dos pesquisados gastam acima de R\$ 101 por semana.

A China é o país que mais compra cerveja, com 27% do consumo mundial. Os Estados Unidos ficam em segundo lugar, com 13%. E o Brasil está na terceira posição, com 7% do consumo mundial.



RÚSSIA PRODUZ PRIMEIRO LOTE DE VACINA CONTRA COVID-19 PARA ANIMAIS

A Rússia produziu 17 mil doses de uma vacina contra a covid-19 para ser utilizada em animais, anunciou o regulador agrícola do país. A Carnivac-Cov foi registrada em março, depois de vários testes terem revelado que ela gera anticorpos contra o vírus em cães, gatos, raposas e visons.

De acordo com a agência Reuters, o primeiro lote vai ser fornecido a várias regiões do país, mas as autoridades russas dizem que vários países já demonstraram interesse em ter acesso ao imunizante.

Apesar de ainda ser necessário mais estudos, a Organização Mundial da Saúde (OMS) já manifestou preocupação com o risco de transmissão do vírus de humanos para os animais.

O regulador russo garante que a Carnivac-Cov é capaz de proteger espécies mais vulneráveis e até impedir mutações virais. Ainda de acordo com as autoridades russas, já está em andamento o processo para registrar o produto no exterior, especialmente na União Europeia. (Agência Brasil)



GOVERNO AUSTRALIANO VAI MANTER FRONTEIRAS FECHADAS ATÉ 2022

O governo australiano vai manter as fronteiras internacionais fechadas até 2022, devido às incertezas sobre vacinas e novas variantes do novo coronavírus, disse o ministro das Finanças do país, Simon Birmingham.

A Austrália, que fechou as fronteiras internacionais em março de 2020, vive há meses uma relativa normalidade, interrompida apenas por confinamentos rápidos e abruptos na sequência de surtos causados por falhas nos protocolos de quarentena em centros para moradores que regressam ao país.

A abertura das fronteiras internacionais é uma das preocupações dos imigrantes na Austrália, onde, segundo o último censo nacional em 2016, metade das 25 milhões de pessoas do país nasceu no estrangeiro ou tem pelo menos os pais de outros países. Um dos maiores problemas do governo australiano, no entanto, são os atrasos na vacinação, devido a problemas como as exportações ou efeitos secundários, o que resultou na distribuição, até agora, de cerca de 2,5 milhões de doses, muito aquém dos 4 milhões previstos até o fim de março. (Agência Brasil)



CONSUMO MUNDIAL DE CARNE BOVINA DEVE ALCANÇAR NOVO RECORDE EM 2021

O consumo mundial de carne bovina deve alcançar novo recorde em 2021, acima das 60,0 milhões de toneladas em equivalente carcaça. O Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA, na sigla em inglês) revisou para cima, em abril de 2021, a expectativa do consumo mundial de carne bovina para o ano.

Em 2021, o consumo mundial de carne bovina deve somar o equivalente a 60,04 milhões de toneladas que, se confirmado, representa um ganho de 1,6% em relação ao consumo observado em 2020 (59,06 milhões de toneladas). O consumo de carne bovina deve crescer quase 1 milhão de toneladas em equivalente carcaça de 2020 a 2021.

Já no Brasil, o consumo de carne bovina no mercado interno brasileiro segue caindo em 2021. O registro negativo, apesar da leve recuperação frente a 2020, deve seguir abaixo do que foi observado entre os anos de 2017 a 2019. A expectativa é que o consumo de carne bovina no Brasil some 7,73 milhões de toneladas, valor abaixo do recorde observado em 2019, de 7,93 milhões de toneladas.



CONCESSÕES E PARCERIA VÃO GARANTIR INVESTIMENTOS DE R\$ 1,9 BILHÃO NA INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

O governador Mauro Mendes e o secretário de Infraestrutura e Logística, Marcelo de Oliveira, assinaram contratos de concessão comum de três lotes de rodovias, totalizando 512,2 quilômetros, bem como a transferência de outros 419,3 km de rodovias à responsabilidade da Associação Agrologística de Mato Grosso, por meio das parcerias sociais.

O repasse dos 931,5 km de rodovias à administração das concessionárias e da associação parceira vão assegurar um investimento total de R\$ 1,9 bilhão, diretamente na melhoria da malha rodoviária estadual, ao longo do período de vigência dos contratos de concessão e da parceria, que são de 30 e 10 anos, respectivamente.

Para o governador Mauro Mendes, as concessões, sejam elas comuns ou com a parceria de manutenção pedagiada, são exemplos claros de que as medidas tomadas desde o início da gestão, de ajuste de contas e reequilíbrio econômico do Estado, possibilitaram com que Mato Grosso se recuperasse e oferecesse um novo cenário aos investidores, o que vai refletir em desenvolvimento socioeconômico.



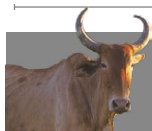
PRIORIDADE A DIABÉTICOS EM REDE DE SAÚDE VIRA LEI EM MT

Os hospitais públicos e particulares de Mato Grosso deverão oferecer prioridade aos portadores de diabetes dos tipos 1 e 2, em caso de atendimento para a realização de exames que sejam previstos em jejum total e parcial.

A prioridade no atendimento deverá ser equiparada a de idosos, deficientes e gestantes.

Esse benefício será ofertado graças à sanção do governador Mauro Mendes (DEM) a uma lei de autoria do deputado estadual Wilson Santos (PSDB), apresentada em conjunto com os deputados Dr. João (MDB), Dr. Gimenez (PV), Dr. Eugênio (PSB), Lúcio Cabral (PT) e Paulo Araújo (PP).

A sanção da Lei nº 11.350 foi publicada no Diário Oficial do Estado (DOE). O usuário dos serviços de saúde deverá comprovar o diagnóstico de diabetes mediante apresentação de laudo médico que ateste a patologia. Os estabelecimentos de saúde ainda são obrigados a afixar o interior da lei em local visível ao público.



\$\$ - INDICADORES ECONÔMICOS - \$\$



COTAÇÕES DE BOI (PREÇO À VISTA)		PREÇOS DA SOJA		PREÇOS DO MILHO	
Cidade	R\$/@ Boi a Vista	Mercado Interno	R\$/sc/Venda	Mercado interno	R\$/sc/venda
Alta Floresta	293,50	Alto Araguaia	169,00	Campo Novo do Parecis	74,65
Alto Boa Vista	293,00	Campos de Júlio	159,00	Campo Verde	77,50
Barão de Melgaço	294,00	Canarana	161,00	Diamantino	75,00
Cláudia	291,33	Lucas do Rio Verde	165,15	Ipiranga do Norte	73,35
Denise	294,49	Nova Mutum	166,00	Nova Ubiratã	74,00
General Carneiro	290,87	Primavera do Leste	167,50	Querência	72,65
Juara	293,00	Sorriso	164,00	Rondonópolis	79,95
Poconé	294,36	Tangará da Serra	160,95	Sinop	74,90



VIADUTO MURILO DOMINGOS TRAZ AVANÇO PARA MOBILIDADE URBANA EM CUIABÁ

O viaduto Murilo Domingos, localizado na Avenida Manoel José de Arruda (Av. Beira Rio), recebeu investimento aproximado de R\$ 18 milhões, com recurso exclusivo do município. A obra possui 400 metros de extensão, sendo 200 de uma ponta à outra da estrutura e mais 200 metros de muro em escama de concreto, somando os dois lados. Além disso, são 64 longarinas (vigas), de 24,7 metros, e mais sete pórticos com dois pilares de sustentação em cada um deles.

“Trata-se de um marco para a mobilidade urbana, já que a cidade vem crescendo exponencialmente. Já entregamos, no final do ano passado, o viaduto Jucá do Guaraná e, agora, a capital receberá mais essa estrutura que irá beneficiar cerca de dez mil pessoas diariamente”, explica o prefeito Emanuel Pinheiro. Ele cita ainda que a construção do viaduto foi coordenada pela Secretaria de Obras Públicas do município, que contou com a parceria da Secretaria de Mobilidade Urbana (Semob) nas ações voltadas para o trânsito durante a execução dos trabalhos.

Os estudos de viabilidade realizados para a implantação do viaduto apontaram que o fluxo de veículos tem sido cada vez mais crescente na região, o que resulta em quilômetros de congestionamentos, com espera de mais de 30 minutos, durante o horário de pico.

De acordo com a sondagem, a execução da intervenção pontual na Beira Rio deve duplicar a capacidade do cruzamento, atendendo de forma direta dez mil pessoas por hora/pico e, indiretamente, 145 mil habitantes do entorno.



QUEDA NOS REGISTROS DE OCORRÊNCIA EM CUIABÁ NÃO SIGNIFICA REDUÇÃO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

A Delegacia Especializada de Defesa da Mulher de Cuiabá (DEDM) publicou Anuário da Violência contra Mulher. O documento traz o perfil das vítimas atendidas, número de ocorrências, bairros de maior incidência de crimes de violência doméstica, perfil de agressores e números de atendimentos.

A delegada titular da DEDM Cuiabá, Jozirlethe Criveletto, destaca que os números de 2020 apresentados no anuário refletem o que aconteceu com as mulheres nesse período de pandemia, quando por algum motivo não conseguiram acessar os serviços da delegacia.

Foram realizados 2.061 atendimentos a vítimas na unidade especializada, enquanto que o ano anterior registrou mais de 3 mil atendimentos. O resultado representa redução de aproximadamente 32% de mulheres assistidas pela DEDM de Cuiabá, comparado ao mesmo período de 2019.

O mês de maior incidência de crimes relacionados à violência contra a mulher foi janeiro, com 284 atendimentos realizados, o que representou 13,8 % do total do ano, seguido pelo mês de fevereiro. Já em relação ao dia da semana com mais registros, o domingo permanece com o maior percentual, com 16,5% das ocorrências, seguido pela segunda-feira, que corresponde a 15,5 % dos fatos. O período do dia com mais ocorrências permanece sendo o noturno, das 18h às 20h. Somando os percentuais entre o período noturno e a madrugada, os registros chegam a 42% dos casos.



Adesão ao Refis Extraordinário, com descontos de até 95%, segue até 31 de julho

A medida, proporcionada pelo Governo do Estado, traz fôlego aos empresários neste momento de pandemia

DA REDAÇÃO

O Programa Extraordinário de Recuperação de Créditos Tributários (Refis Extraordinário) é uma das medidas do Governo do Mato Grosso, que auxilia os contribuintes afetados economicamente pela pandemia do coronavírus. Além da redução significativa de multas e juros, nesse novo Refis as empresas podem negociar débitos de ICMS mais recentes, ou seja, aqueles que tiveram seu vencimento até o final de 2020.

De acordo com a Secretaria de Fazenda (Sefaz), podem ser negociados apenas os valores referentes ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa. Débito que já foi objeto de parcelamento anterior também pode ser renegociado, desde que o antigo contrato esteja cancelado.

Em relação aos descontos, são

aplicados sobre os juros e multas e podem chegar a até 95%. A redução está condicionada à forma de pagamento, quantidade de parcelas e o tipo de dívida – se é devido ao não recolhimento do imposto ou se é decorrente do descumprimento de alguma obrigação acessória.

Em 2016, o Executivo disponibilizou um Refis, vigente até o momento, mas que alcança apenas os valores vencidos até aquele ano, não contemplando as empresas que, após a pandemia da Covid-19, acumularam algumas dívidas, inclusive com o Estado. A partir da publicação do Convênio ICMS 79/2020, do Conselho Nacional de Política Fazendária, o Governo de Mato Grosso instituiu o Refis Extraordinário, permitindo que os contribuintes regularizem sua situação fiscal.

De acordo com a Sefaz, o Refis Extraordinário não engloba valores referentes aos demais tributos como,

por exemplo, IPVA, ITCD e FETHAB. O mesmo se aplica quando o débito estiver relacionado à Declaração Anual do Simples Nacional (DASN) ou ao Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (PGDAS-D).

“As empresas de todos os setores que tiveram alguma dificuldade e não puderam pagar o seu imposto com o Governo de Mato Grosso, em virtude da pandemia, agora vão poder regularizar sua dívida tendo esse desconto de até 95% nas multas e juros. É mais uma ação para tentar ajudar todo mundo nesse momento de grande dificuldade, mas que graças a Deus estamos superando”, afirmou o governador Mauro Mendes.

De acordo com o secretário de Fazenda, Rogério Gallo, os débitos podem ser parcelados em até 60 vezes, com redução de até 95% nos juros e multas que progride conforme o número de parcelas.

“Esse parcelamento aliviará muitas empresas que foram atingidas pela pandemia, trazendo a possibilidade de parcelamento de débitos de ICMS vencidos até dezembro de 2020. Mais uma vez o governo demonstra sensibilidade”, pontua o secretário.

A inclusão dos débitos até 2020 foi possível após a promulgação, em janeiro deste ano, da PEC 15/2020 pela Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT). Antes da emenda, só era permitido ao estado negociar débitos até 2016. “A expectativa agora é que outro programa de recuperação tributária, o Regularize, também tenha a abrangência estendida, permitindo a negociação também de outras taxas de órgãos estaduais, considerando o forte impacto que o ano de 2020 trouxe para as finanças de todos”, defende o presidente da Federação das Indústrias de Mato Grosso, Gustavo de Oliveira.

A Fiemt defendeu a extensão da abrangência do Refis por considerar o programa benéfico para todos os envolvidos. “Ao facilitar a negociação de débitos, o Estado abre mão de parte dos juros e multas, mas consegue arrecadar valores que talvez nunca fossem pagos. E o contribuinte fica livre de restrições

e pode crescer, ampliando o rol de potenciais clientes ou acessando linhas de crédito para expansão das atividades, por exemplo. Isso movimenta a economia, estimula a geração de emprego, renda e também da arrecadação”, explica o presidente.

Parcelamento pode ser feito em até 60 vezes

Por meio do Refis Extraordinário, os contribuintes podem parcelar os débitos em até 60 vezes. Quem optar pelo parcelamento deve ficar atento ao valor mínimo por parcela, definido conforme o enquadramento da empresa e a gestão do débito.

Para os valores registrados na Sefaz, os limites por parcela foram definidos conforme o enquadramento da empresa. Ou seja, no caso de débitos devidos por microempresa (MEI), a parcela deve corresponder a 1,5 UPF – que corresponde a R\$ 293,41 (considerando a UPF cotada para o mês de maio). Para as médias e grandes empresas, a parcela deve ter o valor o limite da parcela é de 15 UPF's e para empresa optante do Simples Nacional de 5 UPF's.

Quando o débito já estiver inscrito em dívida ativa, o limite por parcela



“ESSE PARCELAMENTO ALIVIARÁ MUITAS EMPRESAS QUE FORAM ATINGIDAS PELA PANDEMIA, TRAZENDO A POSSIBILIDADE DE PARCELAMENTO DE DÉBITOS DE ICMS VENCIDOS ATÉ DEZEMBRO DE 2020. MAIS UMA VEZ O GOVERNO DEMONSTRA SENSIBILIDADE”, PONTUA O SECRETÁRIO ROGÉRIO GALLO.

é aplicado considerando o total negociado, com desconto. Ou seja, o valor da parcela deve ser de 2 UPF's quando o total não superar R\$ 5 mil; de 4 UPF's quando o total for superior a R\$ 5.000 e inferior a R\$ 10.000; de 6 UPF's quando o total for superior a R\$ 10 mil e inferior a R\$ 20 mil e de 8 UPF's para os demais casos. ▲

Como aderir

A adesão ao Refis Extraordinário deve ser feita até o dia 31 de julho de 2021, junto à Sefaz ou à Procuradoria Geral do Estado (PGE). Neste último caso, se o valor estiver inscrito em dívida ativa. A negociação só será efetivada após a assinatura do Termo de Confissão de Parcelamento de Débito, observando os prazos e condições estabelecidos no Decreto nº 905, publicado na edição extra do Diário Oficial do dia 28 de abril.

Dessa forma, quando a dívida for decorrente do descumprimento de obrigação principal – quando o contribuinte não recolhe o tributo devido –, ela poderá ser quitada à vista com 95% de redução nos juros e multas ou de forma parcelada, conforme abaixo:

- Redução de 90% de juros e multas para pagamento em 2 a 10 parcelas
- Redução de 75% de juros e multas para pagamento em 11 a 20 parcelas
- Redução de 60% de juros e multas para pagamento em 21 a 60 parcelas

Nos casos em que o débito for decorrente do descumprimento de obrigações acessórias, como não emitir notas fiscais, por exemplo, ele poderá ser pago à vista com 90% de desconto nos juros e multas ou de forma parcelada, conforme abaixo:

- Redução de 85% de juros e multas para pagamento em 2 a 4 parcelas
- Redução de 75% de juros e multas para pagamento em 5 a 8 parcelas
- Redução de 65% de juros e multas para pagamento em 9 a 12 parcelas

Ao optar pelo parcelamento, o contribuinte deve se atentar ao valor mínimo estabelecido por parcela. A limitação varia conforme o valor da dívida, o enquadramento da empresa e o órgão que faz a gestão do débito, se é a Sefaz ou a PGE.

Nova lei de licenciamento ambiental é comemorada por produtores

O texto do deputado Neri Geller é defendido, pois, segundo produtores, traz a vantagem de menor burocracia



Presidente da Associação dos Produtores de Soja e Milho do Estado de Mato Grosso (Aprosoja), Fernando Cadore diz que o projeto modernizará as regras gerais a serem seguidas para a emissão de licenças para obras e empreendimentos. “A proposta do relator Neri Geller traz uma abordagem clara, objetiva, com menor burocracia. Vai garantir maior agilidade e, conseqüentemente, dirimir a insegurança jurídica em todo o processo de licenciamento ambiental. Posso dizer que é a proposta que mais concilia agilidade e simplificação ao processo com a proteção adequada do meio ambiente”.

Cadore salienta que, atualmente, há um procedimento demorado, custoso e ao mesmo tempo ineficiente em termos de garantia da proteção ambiental. “Além disso, a ausência de uma lei geral contribui para uma grande insegurança jurídica, sucedida de inúmeros normativos, muitas vezes contraditórias entre si, já que somos o país com a legislação ambiental mais complexa do mundo”.

O presidente da Aprosoja frisa que o modelo atual é obstáculo à preservação ambiental e traz enormes custos para o sistema e para os empreendedores. Discorre que a necessidade de uma lei geral sobre o licenciamento ambiental mais moderna é posição unânime entre aqueles que se debruçam sobre o tema. Segundo ele, não há um único setor que se encontre satisfeito.

“Mais especificamente, o texto atual traz inúmeros avanços, notadamente no que se refere ao setor produtivo, como a não exigibilidade de licenciamento para a atividade da agricultura e pecuária, não resultante em impactos ambientais. O licenciamento dessas atividades seria desnecessário e irracional. Indicaria mero procedimento

DA REDAÇÃO

Aprovado recentemente na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 3729/2004 cria novas regras para o licenciamento ambiental no país. O texto é do deputado mato-grossense e vice-presidente da Frente Parlamentar Agropecuária (FPA), Neri Geller (PP), e teve 300 votos favoráveis e 122 contra. A discussão agora segue para o Senado e, se aprovado, para sanção presidencial.

O Fórum Agro MT comemorou a aprovação da nova Lei Geral do Licenciamento Ambiental, que é avaliada como um marco importante para o Brasil e para Mato Grosso. Com menos burocracia e mais agilidade, o texto é considerado pela entidade um grande avanço, com ganhos para o meio ambiente e para destravar importantes projetos no nosso estado.

“Queremos parabenizar o deputado Neri pelo seu empenho e comprometimento com o campo, a cidade e o agronegócio brasileiro. Com certeza demos um grande passo na relação entre meio ambiente e agro, com a nova lei”, disse Itamar Canossa, presidente do Fórum Agro. Entre as principais mudanças, está a dispensa de licença para projetos como obras de saneamento básico, manutenção em estradas e portos, distribuição de energia elétrica com baixa tensão, parte das atividades agropecuárias, entre outros. A nova modalidade também repassa a Estados a prerrogativa de analisar os empreendimentos que precisam de aval para liberação, cria uma espécie de licença autodeclaratória para alguns casos e permite a unificação de etapas do licenciamento.

burocrático, sem qualquer benefício ambiental. Isso porque essas atividades já estão sujeitas a normas específicas que regulam toda a cadeia produtiva, desde o uso e ocupação do solo ao uso de insumos em geral, como defensivos agrícolas e recursos hídricos”.

Fernando Cadore diz que é importante frisar que a não sujeição ao licenciamento ambiental não exige a obtenção, quando exigível, de autorização de supressão de vegetação nativa, outorga dos direitos de uso de recursos hídricos ou outras licenças, bem como do cumprimento de todas as obrigações previstas em legislação.

“Vale ressaltar que o setor produtivo faz questão de preservar e cuidar do meio ambiente. Além de cumprir com as obrigações previstas em lei, são protagonistas de iniciativas próprias, como o projeto Guardião das Águas, que atestou esse cuidado com recursos naturais. Os dados apontam que 95% das nascentes localizadas em áreas agricultáveis de Mato Grosso encontram-se em ótimo ou bom estado de conservação”, justifica.



“A AUSÊNCIA DE UMA LEI GERAL CONTRIBUI PARA UMA GRANDE INSEGURANÇA JURÍDICA, SUCEDIDA DE INÚMEROS NORMATIVOS, MUITAS VEZES CONTRADITÓRIAS ENTRE SI, JÁ QUE SOMOS O PAÍS COM A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL MAIS COMPLEXA DO MUNDO”, DESTACA PRESIDENTE DA APROSOJA FERNANDO CADORE.

Cadore reforça que o Brasil tem necessidade de modernizar seus processos e trâmites. Muita geração de renda, emprego e desenvolvimento socioeconômico estão represados por causa da burocracia ambiental, ineficaz em termos de proteção ambiental. “É preciso simplificar os trâmites burocráticos, precisamos de leis que realmente garantam proteção ao meio ambiente e agilidade no desenvolvimento do país”, avalia.

Entenda

O licenciamento ambiental é uma ferramenta da legislação que define a liberação, ou não, dos empreendimentos no país, com o objetivo de proteger o meio ambiente e os biomas brasileiros. Se a atividade for liberada, o licenciamento define medidas para que ela seja sustentável, com o menor impacto possível. Um novo grupo de empresários que quer criar uma hidrelétrica na Amazônia, por exemplo, precisa licenciar o projeto junto ao governo e levar em consideração as regras de licenciamento. É uma ferramenta legal para prevenir o desmatamento, a poluição e outros desgastes da natureza.

O novo projeto flexibiliza a lei de licenciamento ambiental, simplifica alguns processos e cria uma modalidade de autodeclaração. A lei também cria casos de dispensa para o processo de licenciamento, ou seja, não precisam passar pelo processo de:

- obras de serviço público de distribuição de energia elétrica até o nível de tensão de 69 kV;
- sistemas e estações de tratamento de água e de esgoto sanitário;
- obras em rodovias que não levem ao aumento da capacidade, como no caso do recapeamento asfáltico;
- usinas de triagem de resíduos sólidos, mecanizadas ou não;
- pátios, estruturas e equipamentos para compostagem de resíduos orgânicos;
- usinas de reciclagem de resíduos da construção civil;
- ecopontos e ecocentros e outros

Deputado Neri Geller argumenta que o projeto não pretende agredir o meio ambiente, mas facilitar o



EM OUTRAS PALAVRAS, VAMOS DIMINUIR A BUROCRACIA CEGA, O ‘COPIA E COLA’, O ‘CARIMBA E NUMERA’, PARA LIBERAR OS AGENTES DOS ÓRGÃOS AMBIENTAIS AO QUE MERECE MAIOR ATENÇÃO: ANÁLISE TÉCNICA E FISCALIZAÇÃO”, AFIRMA AUTOR DO PROJETO, NERI GELLER.

processo burocrático. Em seu texto, diz que exigir licenciamento das atividades que estão agora isentas “seria desnecessário e irracional” e “sem qualquer benefício ambiental”. “Em outras palavras, vamos diminuir a burocracia cega, o ‘copia e cola’, o ‘carimba e numera’, para liberar os agentes dos órgãos ambientais ao que merece maior atenção: análise técnica e fiscalização”, diz.

O parlamentar destaca que a medida vai permitir o trabalho daquele que age de forma correta e punir aqueles que desrespeitam a lei. “Queremos atrair um capital consciente, que produz e preserva, que gere benefícios econômicos, mas também sociais e ambientais. Não temos interesse nos recursos daqueles que não desejam cumprir a legislação”.

Pondera ainda que não se busca a flexibilização, mas a simplificação racional do procedimento. Teremos um licenciamento ao mesmo tempo mais rigoroso, simples e eficiente. “Nesse sentido, a simplificação da licença para alguns empreendimentos foi acompanhada de padrões rigorosos para o licenciamento de empreendimentos, com significativo potencial poluidor, a serem acompanhados por detalhados Estudos de Impacto Ambiental”, discorre. ▀

Taxação do sol: é justo cobrar imposto do que você mesmo produz?

Em abril, concessionárias de energia passaram a cobrar ICMS da energia solar; atitude revoltou consumidores

 ALINE ALMEIDA / ABRAÃO RIBEIRO



Mato Grosso é o quinto estado do país com maior potencial gerador de energia solar. Ainda tem duas de suas cidades no ranking das 10 mais geradoras de energia solar, Cuiabá (segunda posição) e Sorriso (na décima colocação). Mesmo com todo este potencial, uma discussão começa a ganhar força: a taxaço do sol. Consumidores que investiram no que era para ser um benefício, agora perguntam: é justo cobrar imposto do que você mesmo produz?

O assunto chegou a ser alvo de discussão no Congresso Nacional, através do Projeto de Lei 5829/2019, apresentado pelo deputado federal Silas Câmara (Republicanos – AM). Mas o assunto não foi aprofundado. Agora, a chamada taxaço do sol tem revoltado quem fez grandes investimentos. Em Cuiabá, um grupo de cerca de 500 manifestantes chegou a participar de ato contra a taxaço do sol. Por força da lei nº 631/2019, a cobrança de ICMS sobre a energia solar estava vedada em Mato Grosso. Contudo, em abril deste ano, os beneficiários desta

forma de geração de energia foram surpreendidos com a taxaço.

Deputado Faissal Calil (PV) ressalta que a taxaço do sol é ilegal, porque não existe uma lei estadual que preveja a incidência de ICMS sobre a tarifa de utilização do sistema de distribuição – TUSD em Mato Grosso, ferindo, assim, o princípio da legalidade.

“Já dizia o ditado popular: pra morrer, basta estar vivo. No caso em análise, percebam que esse imposto nunca existiu na legislação para ser morto”, destaca.

Mesmo assim, segundo o parlamentar, em 2019 o Governo foi “autorizado” a conceder a isenção, o que foi aprovado pela Assembleia e sancionado pelo governador, na Lei complementar nº. 631/2019, que fixou prazo até o dia 31 de dezembro 2027.

“Se não bastasse o incentivo supramencionado, sabemos que não há troca de titularidade a merecer espeque para a incidência de ICMS no caso da energia solar (súmula 166 do STJ). O simples ‘uso’ da rede de distribuição já é pago pelo

consumidor e, mesmo assim, não se afigura fato gerador passível de tributação. O único ‘serviço’ que cabe ICMS é o de transporte municipal e intermunicipal, conforme art. 155 da CF”, diz Faissal.

O deputado pondera que são várias as decisões existentes no Superior Tribunal de Justiça a respeito da não incidência de ICMS sobre a TUSD. Citou como exemplo Recurso Especial oriundo de Mato Grosso, onde o STF entendeu que não incide ICMS sobre as tarifas de uso de transmissão e de distribuição de energia elétrica (TUST, TUSD), já que o fato gerador do imposto é a saída da mercadoria, ou seja, no momento em que a energia elétrica é efetivamente consumida pelo contribuinte.

“É imoral e inoportuno, porque a necessidade de implantação de novas fontes de energia é indiscutível, devendo ser incentivada, pois se trata de uma demanda urgente da sociedade, que enfrenta, neste momento, um cenário desafiante no aspecto sanitário e socioeconômico”. Faissal diz ainda que, além da questão ambiental, a energia fotovoltaica incorpora significativa contribuição na geração de emprego e renda, atração de investimento, economia de água nos reservatórios e redução de uso de termoelétricas, que são mais caras e poluentes.

Isso porque a diversificação da matriz energética traz a postergação de gastos em novas usinas de geração, redes de distribuição e transmissão, o que contribuirá para frear os reajustes absurdos que presenciamos, bem como abre caminho para futuros concorrentes.

“Taxar o sol é ceder à ganância das concessionárias de energia, em detrimento da população, principalmente da classe média que, diante das altas tarifas de energia, fez financiamento para adquirir uma micro ou mini usina fotovoltaica e equilibrar as contas do lar, mas agora se vê diante de um cenário desolador”, pondera Faissal.

O parlamentar salienta ainda que os riscos de retrocesso e de insegurança jurídica na geração distribuída no país são iminentes. Ele destaca que o lobby é intenso

“TAXAR O SOL É CEDER À GANÂNCIA DAS CONCESSIONÁRIAS DE ENERGIA, EM DETRIMENTO DA POPULAÇÃO, PRINCIPALMENTE DA CLASSE MÉDIA QUE, DIANTE DAS ALTAS TARIFAS DE ENERGIA, FEZ FINANCIAMENTO PARA ADQUIRIR UMA MICRO OU MINI USINA FOTOVOLTAICA E EQUILIBRAR AS CONTAS DO LAR, MAS AGORA SE VÊ DIANTE DE UM CENÁRIO DESOLADOR”, RESSALTA O DEPUTADO FAISSAL CALIL.



e recorrente por parte de grandes grupos econômicos, mormente de algumas distribuidoras que atuam nos bastidores do Congresso Nacional, com o objetivo de conter o avanço da modalidade.

“O momento é inoportuno para a cobrança. Por conta da pandemia, as empresas estão sem faturamento, os trabalhadores estão sem emprego e as contas cada vez mais caras. A iniciativa de encarecer a conta de luz é interessante ao poder público e às detentoras do monopólio atual (concessionárias), que tentam dificultar a implantação de fontes alternativas para beneficiar o sistema. Não podemos ser coniventes”, complementa o parlamentar.

Justiça proíbe Governo e Energisa de cobrar ICMS da energia solar

No final de abril, uma decisão da Segunda Vara Especializada da Fazenda Pública de Cuiabá proibiu o Governo de Mato Grosso e a concessionária Energisa de cobrar ICMS sobre a tarifa de utilização do sistema de distribuição de energia (TUSD). A determinação é do juiz Carlos Roberto Barros de Campos,

atendendo a ação movida por uma consumidora da capital.

Carlos Roberto pontuou que não há relação de comércio na compensação de créditos de energia utilizada pelos donos de painéis solares. Ainda que a resolução 482/2012, da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), estipule que a troca de créditos é realizada por meio da doação gratuita de energia, para posterior compensação no prazo de até 5 anos.

“Como se observa na Resolução, a relação jurídica entre o consumidor e a distribuidora de energia elétrica, na modalidade de compensação da energia outrora injetada na rede de distribuição, não se caracteriza como ato de mercancia, pois se trata de um empréstimo gratuito”, destacou.

O magistrado conclui que não existe relação jurídica que justifique a cobrança de ICMS, já que a energia gerada pelos painéis solares não troca de titularidade. Portanto, não caberia o imposto, pois o mero transporte de mercadorias não constitui fato gerador de ICMS.

O juiz ainda destaca que o Convênio ICMS nº 16 do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) estabelece que é autorizado aos estados conceder isenção de ICMS sobre as operações previstas na resolução 482/2012 da Aneel.

O governador Mauro Mendes (DEM) afirmou que a isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) que recai na energia solar só será ofertada caso haja autorização do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

Contrariado, o gestor ainda reclamou que só os mais ricos têm este tipo de energia, e são os que não querem pagar impostos. “Só os mais ricos têm condição de colocar placa solar e não querem pagar nada?”, disparou o governador.

O democrata garantiu que, se houver autorização da Confaz, a isenção será dada, mas se não houver, não tem outra alternativa, porque seria contra a lei. “Já é dada isenção para uma parte dessa energia, a outra parte é que não tem autorização do Confaz, por isso que a Energisa, que equivocadamente não estava cobrando, corrigiu o erro e passou a

cobrar”, explicou.

Mendes ponderou que não há incidência do ICMS sobre a energia fotovoltaica produzida e imediatamente consumida pela unidade consumidora. Porém, durante o período do dia, em que se tem maior incidência solar, a usina fotovoltaica produz mais energia elétrica do que consome.

Esse excesso de energia elétrica produzida durante o dia pela usina fotovoltaica é injetado na rede de distribuição e será compensado com a energia consumida pela unidade. “É importante o registro de que o faturamento da energia elétrica pela concessionária abrange o preço da energia propriamente dita e também do uso do sistema de distribuição”, manifestou Mendes, em nota.

O governador pontuou ainda que o Confaz, desde o Convênio 16, de 22 de abril de 2015, desonerou a incidência do ICMS sobre a energia produzida que é injetada na rede de distribuição e, posteriormente, compensada pela unidade consumidora. “Contudo, no inc. I do § 1º da Cláusula Primeira do referido Convênio 16, de 2015, o CONFAZ decidiu, desde o ano de 2015, que a isenção do ICMS sobre a energia elétrica produzida a partir de fonte fotovoltaica injetada e compensada “não se aplica (...) aos encargos de conexão ou uso do sistema de distribuição”, ressalta.

Assim, segundo o Governo, a concessionária distribuidora de energia elétrica em Mato Grosso, verificando que não estava observando o disposto na referida cláusula do Convênio nº 16, de 2015, passou a cobrar, a partir de abril deste ano, o ICMS incidente sobre o uso do sistema de distribuição da energia elétrica produzida pela unidade consumidora e injetada na rede. “O Governo do Estado reitera que não alterou nenhuma regra da sua legislação para aumentar a incidência do ICMS sobre a energia fotovoltaica e afirma que proporá ao CONFAZ alteração do inc. I do § 1º da Cláusula Primeira do referido Convênio 16, de 2015, para que o ICMS passe a não incidir também sobre o uso do sistema de distribuição da energia elétrica injetada na rede”, reforça nota.



“JÁ É DADA ISENÇÃO PARA UMA PARTE DESSA ENERGIA, A OUTRA PARTE É QUE NÃO TEM AUTORIZAÇÃO DO CONFAZ, POR ISSO A ENERGISA, QUE EQUIVOCADAMENTE NÃO ESTAVA COBRANDO, CORRIGIU O ERRO E PASSOU A COBRAR”, AFIRMA MAURO MENDES.

Cobrança é injusta

Hoje, no Brasil, qualquer tipo de consumidor de energia elétrica, seja ele residencial, comercial, industrial ou agro, pode se tornar um autoprodutor de energia através das regras do segmento de geração distribuída (GD). Assim, ele se torna um prosumidor.

Isso foi definido pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) na Resolução Normativa nº 482, de 17 de abril de 2012, que regulamentou o acesso de microgeração e minigeração distribuída aos sistemas de distribuição de energia elétrica nacionais, sendo atualizada posteriormente pela Resolução Normativa nº 687, de 2015.

Dessa forma, todo consumidor ativamente cadastrado no Ministério da Fazenda por um CPF ou um CNPJ, tem concessão para conectar um sistema gerador de energia elétrica próprio, oriundo das fontes hidráulica, solar, eólica, biomassa ou cogeração qualificada, paralelamente às redes de distribuição das concessionárias.

A energia elétrica produzida pela luz do sol tem chamado a atenção de consumidores de classe média em Cuiabá. Além de ser limpa e agredir menos o meio ambiente, traz a possibilidade de economizar até 95% da fatura de energia elétrica, segundo a Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR). Mas o financiamento bancário é a principal forma de pagamento para acessar este serviço, com parcelas que podem variar de R\$ 200 a R\$ 300 por mês e os juros variam para cada agência bancária. É isso que tem permitido o acesso às placas.

O Única News falou com um empresário do ramo da energia solar, que preferiu se manter no anonimato, e segundo ele, todas as classes sociais estão à procura do sistema de energia solar para instalação em suas casas. Para ele, essas pequenas usinas instaladas em telhados ou terrenos não é “coisa de rico”, e sim algo que beneficia tanto o consumidor, que já paga muito em impostos, quanto o ambiente como um todo.

“Em Cuiabá, assim como em todos os municípios do Estado, a procura e interesse em instalação da energia fotovoltaica contempla todas as classes sociais. Ao contrário da afirmação de que ‘só os mais ricos’ podem adquirir o sistema, o que se vê, na realidade, é grande a procura e instalação de sistemas para atender a pequenos consumidores, que buscam na energia solar um meio de reduzir os valores excessivos do custo da energia elétrica, contribuindo com a sustentabilidade ambiental”, afirmou o empresário.

Para o administrador, este mercado tem crescido de forma exponencial, porque as pessoas de todas as classes sociais conseguiram visualizar que a implantação do sistema traz benefícios a todos os envolvidos; inclusive ao Estado e concessionárias/distribuidoras de energia. A produção de energia elétrica é escassa no País e a geração fotovoltaica é importantíssima para suprir essa necessidade. Ele é contra a cobrança do ICMS, que classifica como “desastrosa”.

“Na minha opinião, a taxa é, com todo respeito, absurda! Os gestores de todo País, aliás, deveriam incentivar o processo, para possibilitar que mais pessoas possam utilizar a fonte de energia limpa e renovável e não trazer obstáculos ao projeto que tanto contribui com o desenvolvimento sustentável do País, gera empregos, renda e receitas ao Estado. A ‘taxação do sol’ será desastrosa. Prejudicar todos os envolvidos, desde o empresário, consumidores, concessionárias, enfim, o sistema econômico e energético nacional, além do mais, poderá afogar o Poder Judiciário com uma enxurrada de ações absolutamente desnecessárias”, pontuou.

Para o agente fiscal Ademir Evaristo Nazário, 67 anos, pacato morador do bairro Novo Terceiro, em Cuiabá, cobrar imposto em cima da energia solar seria uma atitude “errônea” do Estado, tendo em vista que os consumidores querem buscar alternativas para economizar, diante da alta dos preços de “tudo”, ainda mais com a chegada da pandemia. Damil, como é conhecido entre os



“NÃO EXISTE RELAÇÃO JURÍDICA QUE JUSTIFIQUE A COBRANÇA DE ICMS, JÁ QUE A ENERGIA GERADA PELOS PAINÉIS SOLARES NÃO TROCA DE TITULARIDADE. PORTANTO, NÃO CABERIA O IMPOSTO, POIS O MERO TRANSPORTE DE MERCADORIAS NÃO CONSTITUI FATO GERADOR DE ICMS”, DECIDIU O JUIZ CARLOS ROBERTO BARROS DE CAMPOS.

amigos, colocou 36 placas solares na casa onde seus filhos moram, próximo da sua, e ainda puxou um ponto de energia solar para sua residência. Ele explicou quais motivos o levaram a trocar de sistema de energia.

“Eu pagava de 1.380 a 1.400 reais por mês de energia, no sistema tradicional. Eu sou um trabalhador comum, de classe média, eu preciso economizar para sobreviver, batalho todo dia pra isso. Então, buscando alternativas pra isso, fui atrás da energia solar, e hoje eu pago R\$ 88 por mês, apenas. Não sou rico, só de saúde, então tenho que me ajustar à realidade e economizar, porque as coisas estão muito caras nesta pandemia, pagamos muito imposto nesse país”, disse Ademir.

“Eu não acredito que isso vigore [a cobrança do ICMS], mas se isso passar, é uma atitude errônea dos responsáveis. Deveriam se preocupar com a corrupção, melhorar o atendimento nos órgãos públicos para aqueles que mais precisam, não ficar colocando taxas em cima de tudo. Taxar o sol é um absurdo”, finalizou o prosumidor Ademir Nazário. ▀

CUIABÁ COM AVANÇANDO



VIADUTO DA AV. DAS TORRES (JUCA DO GUARANÁ PAI)

Na pandemia a prioridade é proteger e salvar vidas. Mas o trabalho da Prefeitura de Cuiabá também avança em outras áreas, como a mobilidade urbana. Dois grandes viadutos construídos com recursos próprios – feito inédito em nossa história – vão garantir mais mobilidade e qualidade ao trânsito de toda a Grande Cuiabá.

Obras que são o resultado do esforço permanente da Prefeitura na busca de soluções modernas e definitivas para nossa cidade continuar avançando.

ITINUA CANDO



**VIADUTO DA AV. BEIRA RIO
(MURILO DOMINGOS)**

- + mobilidade**
- + modernidade**
- + qualidade**



CUIABÁ
PREFEITURA

O novo mercado de trabalho: o que o empregado e o empregador podem esperar do pós-pandemia

Muitas adequações, principalmente as tecnológicas, foram “forçadas” por conta do isolamento social; mudanças vieram para ficar



 **ALINE ALMEIDA**

A pandemia do coronavírus provocou mudanças profundas no mercado de trabalho. Mudanças irreversíveis. A necessidade de isolamento social fez com que o processo digital acelerasse ainda mais. A tecnologia no mercado de trabalho já era um caminho sem volta, mas a implantação parece um pouco mais distante. Muitas empresas e funcionários se viram obrigados a acompanhar essa aceleração forçada no mercado de trabalho. Os trabalhadores precisam dominar novas habilidades desempenhando suas funções à distância. Fica uma grande interrogação sobre qual será o mercado de trabalho do futuro. Empregadores e empregados

conseguirão acompanhar essa transformação?

Professora da Faculdade de Administração da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Rosa Albuquerque explica que havia muitas tendências antes da Covid-19. A crise só veio acelerar muitas delas. Uma das citadas pela professora é a realidade de menos empregos no setor formal. “Isso significa que, cada vez mais, nós temos que nos ver como autônomos, senão como empresários”.

Rosa Albuquerque cita ainda as oportunidades de liderança não convencionais para lidar com questões sociais. “Por exemplo, empregos para ajudar sua

comunidade a se recuperar da crise. Os jovens líderes podem e devem mudar o mundo”.

A professora avalia que a tecnologia está remodelando o mundo. E a crise apenas acelerou a digitalização (e-commerce, telemedicina, teletrabalho, aprendizagem remota, automação). A dica é para que o profissional não perca nenhuma oportunidade de aprimorar as habilidades que essa tendência da tecnologia precisa.

“Vivemos em um mundo VUCA (volátil, incerto, complexo, ambíguo). O verdadeiro significado disso se refletiu nestes tempos incertos. A incerteza é a única certeza e a mudança a única constante.



Portanto, todos nós temos que desenvolver resiliência e abraçar a mudança”, ressalta.

Rosa Albuquerque frisa que é fútil prever quais habilidades serão necessárias ao profissional, além do futuro imediato. Duas coisas importam neste ponto e são extremamente críticas: agilidade na aprendizagem, que é a capacidade de desaprender e aprender coisas novas e aplicar o que você sabe em contextos que mudam rapidamente. Ainda habilidades de comunicação, resolução de problemas, pensamento crítico, localização de informações, trabalho em equipe. Como um dos impactos da pandemia e da aceleração da tecnologia, Rosa Albuquerque cita exemplo da

Itália, onde 70% das pessoas que retornarão ao trabalho estão com ansiedade e depressão. Acerca das emoções diárias autorrelatadas pelos funcionários remotos, 54% estão preocupados, 30% estão tristes, 62% estão com estresse, 38% estão com tédio, 24% estão com solidão.

“Essas condições são consideradas um desafio para os gestores. Até porque o engajamento e o bem-estar são recíprocos – cada um influencia o estado futuro do outro. Eles também são aditivos – cada um faz uma contribuição única, mas complementar para os pensamentos, sentimentos, comportamentos e resultados de desempenho dos funcionários”, discorre Rosa.

Para destacar no mercado de trabalho, principalmente com as mudanças impostas pela pandemia, Rosa Albuquerque salienta que é preciso ter o que Carol Dweck chama de “código mental construtivo”. “Você precisa acreditar que seus talentos podem ser desenvolvidos por meio de trabalho árduo, boas estratégias e sugestões de outras pessoas. Coloque mais energia no aprendizado e esteja disposto a ir onde houver oportunidades”, frisa. Economista Edisantos Amorim destaca que a pandemia trouxe várias mudanças no mercado de trabalho. Principalmente na forma que os profissionais começaram a atuar e uma delas é a modalidade home-office. “Já existe o home-office no mercado antes da pandemia, mas era um percentual pequeno. A partir da pandemia, ampliou-se o foco no mercado de trabalho”, diz.

Edisantos reforça que o home-office é uma tendência que veio para ficar. A tendência é que se aumente ano após ano este modelo de trabalho. “As empresas que ainda não entraram no home-office, vão preparar suas estruturas e suas plataformas ou sistemas operacionais para que a demanda seja ampliada”.

O economista ressalta que as empresas otimizaram seus custos operacionais, pessoais e patronais e ampliaram a demanda de trabalho pelo sistema de home-office. “Acabou sendo um período de experiência das empresas,

um período de adaptação para os profissionais de diversos segmentos e acabou dando certo esta visão de trabalho”.

O economista salienta que o home-office exige mais dos profissionais. As empresas já exigiam, por exemplo, domínio do pacote Office. Outra coisa exigida é a disciplina. Por estar distante, existe ferramenta de acompanhamento e de relatório. “Mas o profissional em si precisa de uma disciplina. Saber o horário que precisa acordar, o tempo para executar as funções com intervalos e o tempo para encerrar as atividades. A metodologia é a mesma, o que muda é que não vai estar dentro de um escritório”, confirma.

Edisantos destaca que praticamente todos os setores e segmentos foram afetados pela pandemia, porque as empresas reduziram muito a parte operacional. Reduziram também o número de profissionais por conta da baixa demanda. “Os



“VIVEMOS EM UM MUNDO VUCA (VOLÁTIL, INCERTO, COMPLEXO, AMBÍGUO). O VERDADEIRO SIGNIFICADO DISSO SE REFLETIU NESTES TEMPOS INCERTOS. A INCERTEZA É A ÚNICA CERTEZA E A MUDANÇA A ÚNICA CONSTANTE. PORTANTO, TODOS NÓS TEMOS QUE DESENVOLVER RESILIÊNCIA E ABRAÇAR A MUDANÇA”, RESSALTA A PROFESSORA DA UFMT, ROSA ALBUQUERQUE.

profissionais precisam estar atentos para a retomada pós-pandemia. Uma grande dica é a questão do networking, apesar de a pandemia ter reduzido a aproximação e contato com as pessoas. Mas é preciso um networking atualizado, um grupo de pessoas para trocar informações. O currículo precisa estar bem visível”, assevera.

A qualificação profissional, segundo Amorim, sempre foi um problema. Muitas vezes a empresa tem a vaga, mas não tem o profissional qualificado. Por isso a importância de qualificar. “Nunca é demais ter conhecimento. Não pode ficar parado esperando que alguma coisa aconteça. Quem tiver melhor qualificação, também é melhor aproveitado. Esse mercado do novo normal vai exigir muito mais do que já exigia dos profissionais”.

Outro grande desafio, conforme o economista, é a questão da remuneração. Edisantos Amorim frisa que, com a pandemia, as empresas tiveram que reformatar remuneração de planos, cargos e carreiras. “Os profissionais que eram acostumados a uma remuneração maior, se preparem, pois o salário será menor. As empresas vão passar a oferecer pacote de benefícios para compensar a remuneração. É bom se preparar, pois em curto prazo

a remuneração será menor que anteriormente”, complementa.

Admissões no mercado de trabalho caíram pela metade

Assessor especial da Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania (Setasc), Luciano Jóia da Silva ressalta que as mudanças no mercado de trabalho vêm em três movimentos distintos. O primeiro foi a abrupta escassez de vagas de emprego: tanto os celetistas, como os de conta própria. “A trajetória de recuperação que seguia a tendência pré-2015 foi jogada para baixo. A média trimestral de 30 mil vagas de admissões observadas de janeiro a março, caiu para 14 mil em abril”.

Luciano pondera que o saldo do emprego, que por conta da sazonalidade de oferta, típico da nossa economia, costuma ser positivo em média de 3 mil postos novos de trabalho, caíram 25 mil, 11 mil de estoque. “Em maio continua o desespero: das 30 mil vagas que deveriam ter sido abertas, somente 21 mil e novamente 22 mil perdas de postos de trabalho, 900 de estoque, dos 715 mil postos de trabalho em 1º de janeiro. Foram 340 mil admissões para sobrar 26 mil postos de trabalho em todo o ano de 2020, um resultado excepcional, comparando-se às séries históricas do emprego celetista nos últimos 20 anos”.

O assessor da Setasc salienta que o volume de trabalhadores no mercado, com a pandemia sofreu o impacto da remuneração e da baixa capacidade de reter trabalhadores no ano. A renda média do trabalhador como conta própria, quando arranhou alguma ocupação, caiu em 21% na média do habitualmente recebido antes da pandemia, 37% em maio. “As restrições tiraram da ocupação habitual 140 mil trabalhadores, nos primeiros 60 dias das restrições sanitárias e isso fez uma espécie de ‘seleção natural’ do prestador de serviço: o melhor serviço com menor preço. Faltava dinheiro pra todo mundo. 75% do trabalho remoto estava com servidores públicos. As empresas entraram em Benefício Emergencial, foram 140 mil acordos em 2020; 1/3 desses acordos com jovens trabalhadores, e 57% de trabalhadoras”, explica o assessor.

Luciano destaca que o agro serviço

se manteve com redução do trabalho administrativo em sua maior parte, a 50%. “Já os serviços de bares e restaurantes e hotelaria ficaram em estado de ‘pause line’ por 6 a 8 meses. Os serviços de transporte e armazenagem funcionaram de vento em popa”, diz.

Impactos da pandemia – Na tipologia do emprego e sua distribuição nas atividades econômicas, nada muda, segundo Luciano. Só muda e se parece por mais médio prazo os valores dos salários recebidos pelos trabalhadores, impactando imediata e diretamente no volume da massa salarial que reverbera no consumo ao setor comércio e serviços.

“O retorno ao trabalho, numa relação contratual mais flexível, será mais próximo da regra; e singularmente à perda de atividades de pequenos serviços, em especial vendas de varejo tipo ‘porta a porta’ que estava como que um ‘up’ das rendas familiares. O emprego em Mato Grosso, por guardar ipsis litteris a reprodução da sua matriz econômica no efeito cascata do agronegócio, muda também a relação em curto prazo com o acesso do jovem trabalhador com a preferência pelo trabalhador mais barato e mais experiente, até se retornar à trajetória de restabelecimento do emprego, assumida a partir de 2017-2018”, justifica.

Luciano Jóia frisa que o trabalho remoto e por aplicativo já eram realidade de suprimento da falta de oportunidades no emprego formalizado desde 2016. Escritórios de baixa rentabilidade tendem a se manter fechados no curto prazo, mas em 2021 já se percebem muito presentes o retorno de auxiliares administrativos ao emprego formal. O assessor pondera que, em março de 2021, também se iniciam contratações na rede mercantil de educação. Os pequenos comércios tendem a se reestruturar seguindo uma organização mais voltada à tipologia dos financiamentos de curto prazo.

“Um fenômeno pouco estudado, ainda é muito prematuro discutir, mas muito pertinente atentar-se, é a reposição de profissionais baixados no segundo ciclo da pandemia, que atuou muito presentemente em Mato

“TEMOS QUE PROJETAR NO PERÍODO PANDÊMICO A CUIABÁ PARA O PÓS-PANDEMIA. LANÇAMOS O PRA FRENTE CUIABÁ E SUA PRIMEIRA AÇÃO, O SINE DA GENTE. COM ELE, VAMOS DESENVOLVER O EIXO COMERCIAL DE ONDE A PESSOA MORA, MELHORANDO A OFERTA E DEMANDA DE EMPREGOS. ESTAMOS CRIANDO UMA PONTE ENTRE O COMERCIANTE E O MORADOR LOCAL, PARA MINIMIZAR O TEMPO DE DESLOCAMENTO TAMBÉM DOS TRABALHADORES”, AFIRMA EMANUEL PINHEIRO.

Grosso no ciclo de 35 a 45 anos, no trabalhador mais amadurecido e no seu auge produtivo, em geral executores de atividades complexas com exigência de maior tempo de estudo e maior aprimoramento profissional”, diz.

O assessor confirma que certamente esse fenômeno trará impactos negativos aos negócios vinculados a essas perdas humanas. Explica que, em grande medida, 49% do trabalhador possui remuneração de até 2 salários mínimos; 50% quando o trabalhador está em regime CLT; 45% do emprego formal em MT está no setor serviços, e nele 42% são de servidores públicos, 37% no grupo remunerados com 5 salários mínimos e mais contra os 48% no grupo de serviços privados mercantis com 48% recebendo entre 1 até 2 salários mínimos.

“Esta é a nossa matriz do trabalho para atender nossa matriz produtiva: pouco trabalho com exigência mais neuronal e mais capacidade muscular. Os efeitos da pandemia serão muito discretos no mercado estadual do trabalho”.

Luciano reforça que a tendência de recuperação do emprego que inicia na segunda metade de 2017 já vinha requisitando um trabalhador mais proativo, como sendo a disponibilidade do trabalhador para mais atividades e empenho nas suas tarefas. Também mais produtivo, sob o aspecto de rendimentos do contratante, salário pago por volume de bens/serviços produzidos, nas atividades vinculadas ao setor serviços que regra é o maior empregador da matriz econômica.

“As atividades mais destacadas, como agropecuária e indústria de transformação, irão guardar a sazonalidade de época, como ainda a construção civil, hoje aquecida muito em função das obras de construção pesada promovidas pelo governo do estado de Mato Grosso”.

O fenômeno que guarda mais apreensão, conforme o assessor da Setasc, é a possibilidade de substituição de trabalhador local, em especial nas vagas melhores remuneradas, por trabalhadores de estados que ficarão por algum tempo com desemprego estrutural causados pela pandemia de

Covid-19. Eles retornam ao mercado de trabalho, muitas vezes melhor qualificados que o profissional que ocupa a vaga em Mato Grosso, por um salário ligeiramente menor, mas com melhores condições ao ofertante.

Luciano diz que esse fenômeno já foi vivenciado no mercado de ‘vagas nobres’, empregos altamente remunerados nos agros serviços entre 2014-2017, quando foram atraídos operadores das estruturas produtivas do Sul do Brasil para as agrocidades mato-grossenses.

Outro fenômeno que deve ser destacado será uma nova dinâmica gerada no trabalho remoto e nas restrições de aglomeração, por um modelo de serviços muito intensivos; ainda que se perceba uma baixa escala para grandes empreendimentos, existem nichos nesse campo: ganha o trabalhador com pouca idade e muito conhecimento e os com espírito empreendedor.

“Com a pandemia, sem sombra de dúvidas o trabalhador prestador de serviços, como conta própria, inclui o trabalhador doméstico sem carteira assinada, sob o aspecto da manutenção da ocupação”.

Entre as explicações listadas por Luciano, a primeira é o volume: 40% das pessoas em idade de trabalhar, que estavam ocupadas no mês imediatamente anterior às medidas sanitárias, estavam na condição de informais. Depois que no melhor das atividades econômicas Mato Grosso nunca extrapolou a marca de 820 mil postos de trabalho em estoque celetista, maio de 2014 o maior registro; com 190 mil pessoas desocupadas e 76 mil na força de trabalho potencial.

Luciano destaca que Mato Grosso termina 2020 com a maior taxa de desocupação: 9,7% nos últimos dez anos, inclusive os anos críticos de 2016 e 2017, e somando-se ainda a esse grupo os 140 mil trabalhadores que não procuraram trabalho durante o período de retorno ao trabalho (setembro), após o pico da pandemia; 175 mil em julho não procuraram trabalho por conta do distanciamento social ou por não haver vagas de emprego nas suas localidades. Isto significa que a



“NUNCA É DEMAIS TER CONHECIMENTO. NÃO PODE FICAR PARADO ESPERANDO QUE ALGUMA COISA ACONTEÇA. QUEM TIVER MELHOR QUALIFICAÇÃO, TAMBÉM É MELHOR APROVEITADO. ESSE MERCADO DO NOVO NORMAL VAI EXIGIR MUITO MAIS DO QUE JÁ EXIGIA DOS PROFISSIONAIS”, CONFIRMA ECONOMISTA EDISANTOS AMORIM.

capacidade instalada em 2014, em pleno emprego das suas atividades, em 2021 somente possui capacidade de receber mais 130 a 140 mil trabalhadores em vagas celetistas. Tomando as medidas pelo teto, após lotarem-se todas as vagas, ainda ficarão sem emprego 300 mil trabalhadores, já descontados os desalentados e os que não compõem a força de trabalho total.

“Disso deriva o olhar atento da SETASC muito mais para o trabalhador, em especial o mais suscetível à vulnerabilidade e à pobreza, entendendo-a neste particular como a baixa capacidade de exercício de autonomia econômica por um trabalhador e/ou sua família, do que para o aspecto economicista do emprego”.

O reordenamento das vagas existentes será mais acirrado, quanto maior for o nível salarial, e um trabalhador de função complexa exige formação complexa e tempo de desenvolvimento das suas habilidades. Para as vagas que tragam pouca complexidade, tendem as faixas salariais pretendidas a orientar

a vaga no período de recuperação do emprego, que se finda até, no máximo, o mês outubro de 2021, quando tiver iniciado a realização da safra 2021/2022. Esse, segundo Luciano, será o momento de calibrar as estatísticas do emprego, mas sob o olhar protetivo ao trabalhador, a qualificação profissional deve focar neste período o jovem trabalhador, ampliando sua capacidade de resposta às demandas da matriz produtiva estadual. Ao trabalhador com alguma capacidade empreendedora para melhoria dos seus agregados remuneradores, como ainda a reposição de trabalhadores em setores críticos, como por exemplo o de saúde mercantil, que esteve muito afetado pela pandemia, numa primeira expectativa.

“Num segundo momento, a qualificação deve prescindir de um planejamento mais horizontal, mais espelhado na matriz econômica do estado e na sua dinâmica de médio prazo. Importante registro de que parte da safra que será realizada em 2023 já está vendida e paga no mercado internacional”, pontua Luciano Jóia.

Segundo a Setasc, é nesse ambiente de transição entre o impacto

da pandemia pro Covid-19, que retirou imediatamente do mundo do trabalho em 2020 cerca de 140 mil trabalhadores e pelo menos 90 mil possuem poucas chances de retorno sem competição pelas vagas, e a retomada da empregabilidade em patamares significativos, em que políticas públicas de desenvolvimento social como as empreendidas pela Secretaria são mais necessárias. A pasta pondera que, se por um lado o auxílio econômico e a distribuição de alimentos pode mitigar sobremaneira os efeitos mais imediatos da insegurança alimentar gerada pelo desemprego, como coordenadora da rede de atenção imediata ao trabalhador pelas 30 agências do SINE, duas mantidas com recursos próprios do estado, pode a SETASC aproximar o trabalhador à novas oportunidades de trabalho e mesmo com restrição de atendimentos presenciais, as agências puderam atender com algum dos seus serviços próximos 76 mil trabalhadores neste primeiro trimestre em apenas 28 municípios.

Em Cuiabá, serviços itinerantes buscam inserir profissionais no mercado de trabalho

O prefeito Emanuel Pinheiro lançou o programa Pra Frente Cuiabá, executado pela Secretaria de Agricultura, Trabalho e Desenvolvimento Econômico, que pretende transformar o desenvolvimento econômico da capital por meio do investimento em geração de emprego, apoio à agricultura familiar, ao micro e pequeno empreendedor e também qualificação profissional e aulas de reforço para quem pretende prestar o vestibular do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). A primeira ação executada é o Sine da Gente, uma van que levará os serviços de captação e oferta de vagas aos bairros de Cuiabá, levando os serviços da Prefeitura aos que mais necessitam.

“Esse é mais um passo no cumprimento de uma promessa de campanha. A minha gestão não para. Temos que projetar no período pandêmico a Cuiabá para o pós-pandemia. Lançamos o ‘Pra Frente Cuiabá’ e sua primeira ação,

o Sine da Gente. Com ele, vamos desenvolver o eixo comercial de onde a pessoa mora, melhorando a oferta e demanda de empregos. Estamos criando uma ponte entre o comerciante e o morador local, para minimizar o tempo de deslocamento também dos trabalhadores”, explicou o prefeito Emanuel Pinheiro.

No Pra Frente Cuiabá, a proposta é organizar a cidade em polos e promover o desenvolvimento de forma linear e integrada, estimulando as capacidades de cada setor, se articulando também com a iniciativa privada e terceiro setor. O programa abarca cinco principais ações, que serão anunciadas respectivamente: Sine da Gente, Enem Digital 5.0, Qualifica Cuiabá, Agro da Gente e Cuiabanco. Coordenados pelo diretor Rafael Miranda, os servidores a bordo do Sine da Gente vão levar até os bairros da capital os serviços de balcão de empregos, cadastro e formalização de Microempreendedores (MEI), captação de vagas no comércio local, orientação para utilização dos aplicativos e plataformas de oferta de emprego, de solicitação de carteira de trabalho, que agora é digital, e solicitação de seguro desemprego.

“A primeira ação do Pra Frente Cuiabá é o Sine da Gente, que já é comprovadamente um sucesso. Estivemos com a van de serviços em um dia de teste no CRAS Getúlio Vargas e, nas primeiras horas de atendimento, já tivemos várias pessoas encaminhadas para entrevistas, muitas delas para o primeiro emprego. Nós vamos melhorar o que já é bom. Mesmo na pandemia, com atendimento em home-office, o Sine dobrou seu número de atendimentos e fechamos parcerias que ampliaram a oferta de vagas. Agora, vamos levar os serviços até aqueles que, muitas vezes, não conseguem se deslocar até uma agência. É a Prefeitura de Cuiabá, por determinação do prefeito Emanuel Pinheiro e sua gestão humanizada, chegando a todos os cuiabanos, principalmente aqueles que mais precisam”, disse o secretário de Agricultura, Trabalho e Desenvolvimento Econômico, Francisco Vuolo. ▀

“O FENÔMENO QUE GUARDA MAIS APREENSÃO É A POSSIBILIDADE DE SUBSTITUIÇÃO DO TRABALHADOR LOCAL, EM ESPECIAL NAS VAGAS MELHORES REMUNERADAS, POR TRABALHADORES DE ESTADOS QUE FICARÃO POR ALGUM TEMPO COM DESEMPREGO ESTRUTURAL CAUSADOS PELA PANDEMIA DE COVID-19. ELES RETORNAM AO MERCADO DE TRABALHO, MUITAS VEZES MELHOR QUALIFICADO QUE O PROFISSIONAL QUE OCUPA A VAGA EM MATO GROSSO, POR UM SALÁRIO LIGEIRAMENTE MENOR, MAS COM MELHORES CONDIÇÕES AO OFERTANTE”, DIZ O ASSESSOR DA SETASC LUCIANO JÓIA.

Marque
esse dia na
Sua
história.


Casamento
Abençoado

INSCRIÇÕES ABERTAS



**ESTAMOS SEGUINDO
TODAS AS ORIENTAÇÕES
DE BIOSSEGURANÇA**

Informações: (65) **3613-5726** . www.setasc.mt.gov.br

Por dia, três crianças são vítimas de violência sexual em Mato Grosso

Por causa da pandemia, crianças e adolescentes permanecem com a liberdade mais restrita, dentro de casa, prejudicando o relato espontâneo de casos

 ALINE ALMEIDA

Dados do Observatório de Segurança Pública da Secretaria de Segurança Pública confirmam que neste ano, em Mato Grosso, foram registrados 384 casos de estupro. Os números compreendem o período entre os meses de janeiro e abril. Foram 331 ocorrências de estupro de vulnerável e 53 estupros. Já os crimes de assédio sexual tiveram 27 registros e de importunação sexual, 52 ocorrências. A maioria dos crimes é cometida por familiares.

Durante o ano passado, foram registradas no Estado 1.142 ocorrências de estupro de vulnerável (vítimas abaixo de 14 anos ou em situação de vulnerabilidade), 223 de estupro e 131 de assédio sexual, além de 121 ocorrências de importunação sexual, 87 de aliciamento e 37 de exploração sexual.

O alerta é para os sinais de criança ou adolescente que sofrem abusos sexuais. Comportamento introspectivo, aversão ou medo de determinada pessoa, mudança de vestimentas como forma de se esconder, a automutilação, entre outros, são comportamentos que devem ser observados.

A delegada Mariell Antonini Dias, da Delegacia da Mulher, Criança, Adolescente e Idoso (DEDMCI) de Várzea Grande, aponta que o principal crime contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes é o estupro de vulnerável, cometido predominantemente contra vítimas do sexo feminino e, em sua grande maioria, por familiares próximos ou amigos que tenham livre acesso a elas. Pontua ainda que a vítima de abuso sexual geralmente exterioriza sinais, muitas vezes visíveis, de que está sofrendo esse tipo de violação. "Há uma mudança repentina de comportamento para

a introspecção (criança se fecha em seu mundo interior), a aversão ou medo de determinada pessoa, que geralmente é o abusador, além da mudança de vestimentas, colocando roupas mais fechadas, moletons para não despertar atenção sexual para si”, explica a delegada, acrescentando que outros sinais são a automutilação e o comportamento sexualizado, ou seja, importam sempre em mudança de comportamento ao que habitualmente a vítima apresenta. A delegada alerta que, em caso de identificação de qualquer destes comportamentos, o adulto deve monitorar a criança ou o adolescente, a fim de acompanhar e averiguar se pode ser algum outro problema ou realmente se refere a abusos sexuais sofridos. “Se a criança apresentar



“SE A CRIANÇA APRESENTAR ESPONTANEAMENTE O RELATO DE QUE SOFREU VIOLÊNCIA, DE QUALQUER ESPÉCIE, É IMPORTANTE QUE ESSA PESSOA RECEPTORA DA INFORMAÇÃO ADOTE UMA POSTURA ATIVA, DE COMUNICAR O FATO ÀS AUTORIDADES POLICIAIS. HAVENDO DELEGACIA DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E ADOLESCENTE, QUE PROCURE ESTA UNIDADE ESPECIALIZADA PARA QUE OS PROCEDIMENTOS LEGAIS SEJAM ADOTADOS”, ORIENTA DELEGADA MARIELL ANTONINI DIAS.

espontaneamente o relato de que sofreu violência, de qualquer espécie, é importante que essa pessoa receptora da informação adote uma postura ativa, de comunicar o fato às autoridades policiais. Havendo delegacia de proteção à criança e adolescente, que procure esta unidade especializada para que os procedimentos legais sejam adotados”, orienta Mariell. Quando há ocorrência de abuso sexual, a pessoa que comunica o fato é ouvida na unidade, no ato do registro do boletim de ocorrência. Em seguida, são adotados os procedimentos de depoimento especial ou escuta especializada na unidade policial, conforme o caso. De acordo com a idade da vítima, o depoimento especial pode também ocorrer somente em juízo, mas varia de caso a caso. “O importante é deixar claro que toda situação suspeita merece passar por uma análise para averiguar a situação”, acrescenta a delegada.

Sendo constatada a situação de risco para a criança ou adolescente, a delegacia prontamente solicita medida de proteção, com base no artigo 21 da Lei 11.431/2017, e aciona o Conselho Tutelar para providências quando é necessário colocar a criança sob acolhimento ou cuidados da família extensa.

“O olhar das delegacias especializadas de atendimento à criança e adolescente é sempre de proteção ao menor, atuando no sentido de retirá-los da situação de violência e oferecendo atendimento psicossocial, junto a entidades parceiras, para que elas possam vencer a violência sofrida e iniciar um caminho novo, livre de abalos psicológicos”, finaliza a delegada Mariell Antonini.

“Semente” de centro de atendimento integrado é lançada em MT

O Centro de Apoio Operacional (CAO) da Infância e Juventude do Ministério Público de Mato Grosso lançou a

“semente” para criação do primeiro centro de atendimento integrado à criança e ao adolescente vítima ou testemunha de violência no estado. A ideia partiu dos promotores de Justiça Nilton César Padovan (coordenador-geral) e Valnice Silva dos Santos (coordenadora-adjunta), e foi prontamente endossada pela Procuradoria-Geral de Justiça e pela Procuradoria de Justiça Especializada em Defesa da Criança e do Adolescente.

Reconhecendo o papel do MPMT como articulador da Rede de Proteção e inspirados pelos ensinamentos dos palestrantes do evento, os membros da instituição defenderam a soma de esforços, a aproximação das entidades, o compartilhamento de angústias e o início de um diálogo para implantação de um centro com esse objetivo no estado.

Conforme levantamento da



“O QUE FALTA, EFETIVAMENTE, SÃO POLÍTICAS PÚBLICAS E O ATENDIMENTO AOS PRINCÍPIOS COMO O DA PRIORIDADE ABSOLUTA E DA PROTEÇÃO INTEGRAL. TER UMA ESCUTA ESPECIALIZADA E UMA REDE DE APOIO FORTE E INTEGRADA SÃO FUNDAMENTAIS PARA EVITAR A REVITIMIZAÇÃO”, DIZ O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DE MATO GROSSO, JOSÉ ANTÔNIO BORGES PEREIRA.



“DEPENDE MUITO DE CADA SITUAÇÃO, AS VÍTIMAS PODEM OU NÃO APRESENTAR SINAIS. DENTRE OS SINAIS QUE O ADULTO PODE OBSERVAR, ESTÃO AS ALTERAÇÕES DE COMPORTAMENTO, DE HUMOR, NA FORMA DA CRIANÇA SE RELACIONAR”, CONFIRMA O PSICÓLOGO JOÃO HENRIQUE MAGRI ARANTES.

Comissão Permanente da Infância e Juventude (Copeij), do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (CNPJ), Mato Grosso é um dos 16 estados que não possuem centros integrados para atendimento de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, como prevê a Lei nº 13.431/17, conhecida como Lei da Escuta Protegida.

O procurador-geral de Justiça de Mato Grosso, José Antônio Borges Pereira, ressaltou a importância do debate. “Temos mais uma lei para implementar o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que é uma das normas modelo do mundo. O que falta, efetivamente, são políticas públicas e o atendimento aos princípios como o da prioridade absoluta e da proteção integral. Ter uma escuta especializada e uma rede de apoio forte e integrada são fundamentais para evitar a revitimização”, argumentou.

Não é brincadeira, é crime: violação de direitos de crianças e adolescentes ainda é preocupante

De acordo com o Sistema Justiça em Números, do Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho

Nacional de Justiça (CNJ), o número de processos novos relativos a estupro de vulnerável quase dobrou de 2014 a 2019, passando de 39 mil para 76 mil em todo o país. O mesmo levantamento revela que o número de processos de prostituição ou exploração sexual de vulnerável também cresceu na comparação de 2014 (794) e 2019 (1.237), último ano da coleta de dados.

Há 21 anos, integrantes de organizações de proteção dos direitos infante juvenil marcam o 18 de Maio como o “Dia nacional de combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes”. Apesar dos esforços de duas décadas, a situação ainda é preocupante.

Em Mato Grosso, o Tribunal de Justiça (TJMT), através da Coordenadoria da Infância e Juventude (CIJ), em parceria com a Secretária de Estado de Educação (Seduc-MT) realiza em 2021 a campanha “Não é brincadeira, é crime!”, para alertar sobre o problema e divulgar as formas que a sociedade pode intervir.

“Este ano, por causa da pandemia, a criança e o adolescente permanecem com a liberdade mais restrita, dentro de casa, prejudicando o relato espontâneo de casos, o que nos causa grande preocupação”, declara o coordenador da CIJ, juiz Túlio Duailibi. “Por isso a campanha de prevenção e orientação está ocorrendo através dos meios digitais, redes sociais e WhatsApp”, informa.

A juíza da Vara Especializada da Infância e Juventude da Comarca de Rondonópolis, Maria das Graças Gomes da Costa, reforça que todos são responsáveis por vigiar esse público, que muitas vezes nem entende que está sofrendo uma violação. “O Poder Judiciário deve e faz a sua parte. Nós não trabalhamos apenas em gabinetes virtuais, estamos atendendo os casos, processando, cuidando de nossas crianças a partir do momento que temos conhecimento da denúncia. Precisamos que você, cidadão, nos ajude, ajude nossas crianças”, pede. A magistrada lembra que qualquer

pessoa pode encaminhar as vítimas para os centros de referência e, inclusive, fazer uma denúncia anônima, ligando para o Disque 100 (Direitos Humanos), ou para o 197 (Polícia Civil) e ainda para o 190 (Polícia Militar).

O psicólogo da Delegacia Especializada de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Dedica) e integrante da Rede Protege Cuiabá, João Henrique Magri Arantes, explica que não há uma regra fixa para identificar se a criança ou adolescente é vítima de violência sexual. “Depende muito de cada situação, as vítimas podem ou não apresentar sinais. Entre os sinais que o adulto pode observar, estão as alterações de comportamento, de humor, na forma da criança se relacionar”, cita.

“Em caso de violência sexual, especificamente, a criança pode apresentar alguma doença sexualmente transmissível, alguma marca nas roupas íntimas, algum tipo de hematoma. Ou também



“ESTE ANO, POR CAUSA DA PANDEMIA, A CRIANÇA E O ADOLESCENTE PERMANECEM COM A LIBERDADE MAIS RESTRITA, DENTRO DE CASA, PREJUDICANDO O RELATO ESPONTÂNEO DE CASOS, O QUE NOS CAUSA GRANDE PREOCUPAÇÃO”, DECLARA O COORDENADOR DA CIJ, JUIZ TÚLIO DUAILIBI.

pode se mostrar mais arredia, mais silenciosa, alteração na forma de se alimentar, de dormir. Porém, o mais importante é que as pessoas responsáveis por crianças e adolescentes busquem ao máximo o diálogo. Ouçam suas crianças e adolescentes, de modo que eles tenham sempre esse canal de comunicação e se por acaso acontecer algo que não é legal a criança ou o adolescente tenha uma pessoa de confiança para recorrer”, sugere.

O profissional ensina que, ao ter conhecimento da violação de direito da pessoa menor de 18 anos, o adulto deve fazer a denúncia, seja anônima pelo Disque 100, 197 ou 190, ou registrar o BO na Delegacia. “O relato da violação pode ser ainda no Conselho Tutelar, que irá verificar a necessidade de atendimento de saúde e outra área da criança ou adolescente e de seus familiares

pela rede socioassistencial”, aponta. “Quando a violência sexual atinge uma criança ou adolescente, a família como um todo sofre e precisa ser olhada, precisamos observar a dinâmica familiar, com vistas a superar essa situação de violência sexual”, destaca o psicólogo.

Iniciativas – A Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente do governo federal atualizou a cartilha com informações sobre abuso sexual. Nela, constam informações como os conceitos de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, mitos e verdades sobre esses crimes, métodos do agressor e perfil das vítimas. “O conhecimento sobre a rede de proteção dos menores de idade também é muito importante para estabelecer o vínculo entre o Estado e a sociedade para o enfrentamento dos casos”, diz o

secretário nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Maurício Cunha. A iniciativa é uma das ações do Maio Laranja, criado exatamente para incentivar a realização de atividades que possam conscientizar, prevenir, orientar e combater o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes durante todo o mês de maio. Como parte das ações programadas, ontem (17) o governo lançou o Programa Nacional de Enfrentamento à Violência Contra Crianças e Adolescentes.

O governo federal disponibiliza diversos canais para atendimento às vítimas do abuso infantil. Entre eles está a Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos, que funciona por meio do serviço Disque 100 e conta agora com números no WhatsApp e Telegram (basta apenas digitar DireitosHumanosBrasilbot no aplicativo). (Com Assessoria)

PARA QUEM
SEMPRE TEM UM
PLANO, CHEGOU

UNIMED
mais

ANS - Nº 31258-4
PALEIPROSA

PLANOS A
PARTIR DE

R\$ 80^{*},00
reais/mes

CUIDAR DE VOCÊ. ESSE É O PLANO.

Unimed
Cuiabá

COM 3 FUNCIONÁRIOS,
SUA EMPRESA JÁ
PODE CONTRATAR.

Plantão de Vendas
3612-3101
e saiba mais

Unimed Mais São Judas Tadeu, produto com lançamento previsto para 11 de janeiro de 2021. O valor inicial de R\$ 80,00 tem como referência o Plano Empresarial para 03 vidas na primeira faixa etária - Unimed Mais São Judas Tadeu, não se tratando de outros planos de saúde. Benefícios oferecidos exclusivamente aos novos clientes. Cobertura e critérios de acordo com a lei 9656/98 da ANS - Agência Nacional de Saúde e posteriores atualizações definidas por esta reguladora, e de acordo com o contrato firmado. A Unimed Cuiabá reserva-se ao direito de corrigir eventuais erros de digitação, diagramação ou conferência por meio de erratas no seu respectivos pontos de vendas, dispensando o recolhimento do material impresso já entregue aos consumidores, bem como dispensando de realizar a suspensão de qualquer publicidade em andamento.

Cobertura vacinal alcança 60% em Mato Grosso e aumenta risco de doenças erradicadas voltarem

Pais deixaram de levar filhos às unidades de saúde para imunizar, com receio da covid-19; movimento antivacina também contribuiu para baixa cobertura

 **ALINE ALMEIDA**

Doenças já erradicadas podem voltar. Surtos como de sarampo e poliomielite estão suscetíveis ao retorno. Essa é a realidade de Mato Grosso, que não difere do cenário nacional. O calendário de vacinação de muitas crianças está atrasado. A não procura por imunização, que vinha crescendo ano após ano, foi agravada com a pandemia. Enquanto o Ministério da Saúde recomenda uma cobertura vacinal de 95%, muitos imunizantes em Mato Grosso ficam apenas em 60%.

Os riscos são dos mais variados, conforme explica a coordenadora da Vigilância Sanitária da Secretaria de Estado de Saúde (SES), Alessandra Moraes. A coordenadora pondera que é importante destacar que, mesmo na pandemia, a vacinação contra outras doenças continuou. Algumas unidades de saúde remanejaram profissionais para atender a demanda da pandemia, alguns municípios concentraram suas salas de vacinação, mas a imunização das outras doenças não foi, em nenhum momento, fechada. “A cobertura está bem abaixo do esperado. Isso nos preocupa muito, pois em muitos casos a cobertura fica em apenas 60%. Não houve falta de vacina em nenhum momento”, confirma Alessandra, ressaltando que o que ocorreu foi a baixa procura. Esse cenário de baixa imunização pode trazer impactos profundos, segundo Alessandra. Isso porque,

quando se deixa de ter uma cobertura vacinal, a população fica mais vulnerável às doenças. “Se olharmos o calendário vacinal como um todo, a imunização está muito abaixo do ideal. Isso faz com que doenças, como a poliomielite, que foi eliminada, e o sarampo, que está controlado, retornem”, discorre.

A coordenadora da Vigilância Epidemiológica diz que parte deste cenário é atribuído ao movimento antivacina, que tem crescido. Mas, por outro lado, o temor trazido com a pandemia fez com que pais deixassem de levar os filhos para imunizar. É importante ter em mente que as crianças são sempre as mais vulneráveis. Desta forma, manter o calendário vacinal em dia é também garantir proteção aos menores.

“A orientação é que os pais não meçam esforços para imunizar as crianças. As vacinas são gratuitas e estão disponíveis nas unidades de saúde. O momento é de cautela, mas há formas de fazer a imunização sem expor crianças e pais ao coronavírus”, justifica Alessandra Moraes.

Imunizar é preciso

A médica Natasha Slhessarenko reforça que a realidade é que os pais deixaram de vacinar os filhos. Uma realidade que há quase uma década vem acontecendo. A patologista e pediatra ressalta que tem ocorrido a diminuição da cobertura vacinal para doenças imunopreveníveis como um todo. “Doenças como sarampo, que o Brasil em 2016 recebeu certificação da OPAS de país livre do sarampo, perdeu este selo porque voltaram a notificar casos no nosso país”.

A especialista pondera que os casos retornaram justamente pelas baixas coberturas vacinais. “Com a pandemia, isso se acentuou de maneira expressiva. Com o medo de sair de casa, com medo de ir nos postos de saúde, os pais realmente deixaram de vacinar os filhos por causa da pandemia”.

Natasha salienta que é importante que se retome essas vacinações e que se coloque o calendário vacinal em dia. “São doenças preveníveis com vacina, possíveis de ser eliminadas, mas apenas com as altas coberturas vacinais. Caso contrário, essas



“É IMPORTANTE QUE SE RETOME ESSAS VACINAÇÕES E SE COLOQUE O CALENDÁRIO VACINAL EM DIA, PORQUE SÃO DOENÇAS PREVENÍVEIS COM VACINA, POSSÍVEIS DE SER ELIMINADAS, MAS APENAS COM AS ALTAS COBERTURAS VACINAIS. CASO CONTRÁRIO, ESSAS DOENÇAS CONTINUARÃO A ASSOLAR, A MATAR, PORQUE MUITAS DELAS SÃO LETAIS PARA NOSSAS CRIANÇAS”, EXPLICA A MÉDICA NATASCHA SLHESARENKO.



doenças continuarão a assolar, a matar, porque muitas delas são letais para nossas crianças. É inadmissível que tenhamos vacina e as pessoas não tomem”.

Outro motivo para a baixa cobertura vacinal, segundo Natascha Slhessarenko, é um movimento antivacina, que tem tomado corpo em todo o mundo. Isso tem feito com que muitas mães e muitas crianças não se vacinem. “Também temos a falta de divulgação do Ministério da Saúde. Antes havia campanhas maciças para vacinação. Hoje, realmente, vemos muito pouco movimento neste sentido. Faltam campanhas do Governo Federal, Estadual e Municipal”, complementa. Vacinas atrasadas devem ser colocadas em dia o mais rápido possível. A orientação da pediatra é que, tão logo seja detectado o atraso, a imunização seja feita, que os pais levem as crianças aos postos de saúde. Inclusive várias vacinas podem ser aplicadas no mesmo dia. Só não pode vacinar se a criança estiver com quadro febril. “Reforçando que não é só criança que tem que tomar vacina. Temos

que dar vacina em adolescentes, gestantes, adultos, idosos, viajantes e diversas faixa etárias”.

Até mesmo a vacina contra a covid-19 encontra barreiras em parte da população. Uns preferem não se vacinar, outros tomam a primeira dose e não voltam para a segunda. O risco de parte da sociedade não ser imunizada, conforme explica a médica, é não conseguir a imunidade comunitária. A imunidade em que pelos menos 70% da população tem anticorpos adquiridos ou pela doença ou pela vacina. Neste caso, quando o vírus chega numa comunidade com altos níveis de anticorpos, com muita gente vacinada ou com muita gente que tenha pego a doença, ele não consegue mais circular. O risco é que o vírus mantenha de forma endêmica, não diminuindo a circulação viral.

“A vacinação em massa, num curto espaço de tempo, faz com que a doença deixe de circular. Isso é muito importante e é crucial no controle da doença”, afirma.

A vacina, destaca a patologista, é a única maneira de se ver livre do vírus, pelo menos no momento atual. “Precisamos de altas coberturas vacinais para que o vírus deixe de circular. A vacina, independente de qual seja, diminui o número de casos graves, internações e óbitos.”

Riscos são reais

No mundo, 80 milhões de crianças menores de um ano estão em risco de contrair doenças que podem ser imunizadas com vacinas. Os dados são de pesquisa realizada com 82 países pela OMS e pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef).

Uma destas doenças é o sarampo, que durante muitos anos foi uma das principais causas de morbidade e mortalidade na infância, principalmente nos menores de 1 ano de idade. A doença comportava-se de forma endêmica no país, ocorrendo epidemias a cada 2 ou 3 anos. Assim como a covid-19, o sarampo também é transmitido pelo ar e pelo contato humano.

Outra doença é a poliomielite, também chamada de pólio ou paralisia infantil. É uma doença viral, que pode infectar crianças e adultos e, em casos graves, acarretar paralisia, geralmente nos membros

inferiores. Ela afeta principalmente crianças com menos de 5 anos de idade, e uma em cada 200 infecções leva a uma paralisia irreversível. Entre os acometidos, 5% a 10% morrem por paralisia dos músculos respiratórios.

Os casos de poliomielite diminuíram mais de 99% nos últimos 30 anos, devido à vacinação. No entanto, enquanto houver uma criança infectada, crianças de todos os países correm o risco de contrair a poliomielite. Se a doença não for erradicada, podem ocorrer até 200 mil novos casos no mundo, a cada ano, dentro do período de uma década. Os dados são da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS).

Entidades de saúde alertam para a necessidade de manter em dia o calendário vacinal, apesar da pandemia do novo coronavírus. “O não comparecimento de crianças às unidades de saúde para atualização do calendário vacinal pode impactar nas coberturas vacinais e colocar em risco a saúde de todos, especialmente frente à situação epidemiológica do sarampo, febre amarela e coqueluche, que vivenciamos atualmente”, diz a nota conjunta da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) e a Sociedade Brasileira de Imunizações (SBIIm). ▲



“SE OLHARMOS O CALENDÁRIO VACINAL COMO UM TODO, A IMUNIZAÇÃO ESTÁ MUITO ABAIXO DO IDEAL. ISSO FAZ COM QUE DOENÇAS, COMO A POLIOMIELITE, QUE FOI ELIMINADA, E O SARAMPO, QUE ESTÁ CONTROLADO, RETORNEM”, DESTACA ALESSANDRA MORAES, COORDENADORA DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA.

Obras da BR-163: OAB-MT como elo pacificador

A conclusão das obras de duplicação da BR-163, uma das principais vias de escoamento de produção e de acesso ao Norte do Estado, será em cinco e não mais em dez anos. Você sabe por qual motivo? Em resposta a um apelo da sociedade, que é a mais prejudicada e que aguarda esclarecimentos, a Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Mato Grosso (OAB-MT) cobrou uma solução e foi ouvida.

Até porque as obras na BR-163 estão paralisadas desde março de 2016. Os prejuízos já são enormes. Dos 453,6 km previstos de duplicação até 2019 foram entregues somente 117,6 km. Mobilizada para a resolução do problema na região desde 2019, a OAB-MT criou, por meio da Portaria nº 006/2020, a Comissão da BR-163, visando a unificação e ampliação dos trabalhos até então realizados pelas Subseções que se situam ao longo da BR-163, no perímetro que vai de Diamantino a Peixoto de Azevedo. À época, danos materiais eram inestimáveis e levantamento apontava que 556 vidas foram ceifadas.

Logo, uma série de reuniões com representantes da sociedade civil e poder público ocorreram para tratar dos impactos acarretados pelo descumprimento contratual da concessionária Rota do Oeste, que deixou de realizar obras de infraestrutura na BR-163, principalmente, de duplicação da rodovia. Nunca se tratou apenas de exigir melhorias que não ocorreram, mas também avaliar o cenário extremamente preocupante de vidas perdidas por falta de infraestrutura.

Tanto que, já em julho de 2020, a Comissão da BR-163 solicitou à concessionária toda a documentação do plano de cura – solução apontada

pela Rota do Oeste e considerada a saída mais rápida. Tal ação teve como objetivo analisar sua viabilidade jurídica e os efeitos à sociedade. A Comissão também acionou o diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Marcelo Vinaud Prado, e o ministro de Infraestrutura, Tarcísio Gomes Freitas.

À ANTT, a Comissão solicitou que a OAB-MT possa atuar como *amicus curiae* nos autos do processo nº 50500.321614/2019-88, que versa sobre o plano de cura e transferência do controle acionário da atual concessionária. Ao ministro, foi solicitado a participação direta na análise do referido instrumento, de caducidade ou de uma eventual relicitação.

Um relatório detalhado foi elaborado e trouxe um estudo técnico acerca do que já foi feito, demonstrando assim o que é ou não é razoável para o andamento do processo. Até chegar ao documento final, a Comissão aprofundou estudos na revisão bibliográfica da legislação, doutrina e jurisprudência acerca do tema de concessões públicas, bem como o levantamento de informações e documentos perante órgãos públicos e da própria concessionária. Além de realizar reuniões de discussão com a ANTT, com a Rota do Oeste e com parte da bancada federal de Mato Grosso no Congresso Nacional.

Por meio de reuniões virtuais também foram ouvidos representantes de sindicatos rurais, associações comerciais, entidades de classe, prefeitos de cidades cortadas pela rodovia e parlamentares de bancadas municipais e também, estadual e federal, além de advogadas e advogados que atuam nas subseções localizadas no “eixo da soja”. Após divulgação de relatório jurídico

elaborado pela Ordem, intitulado “Concessão do Serviço Rodoviário da BR-163 MT”, a Rota do Oeste apresentou redução do cronograma para duplicação da BR-163.

Entre as principais mudanças, constou a redução no período previsto para a conclusão da duplicação, que caiu de 10 para cinco anos. Grande parte das soluções apresentadas pela empresa contemplam os apontamentos feitos pela OAB-MT. Um exemplo é a reversão de multas aplicadas à empresa em desconto tarifário aos usuários do pedágio. Além disso, a retomada das obras acontecerá em duas frentes simultâneas de trabalho, atendendo os eixos norte (região do Posto Gil) e sul da via (Rodovia dos Imigrantes).

E não para por aí. A OAB-MT está e continuará atuando como um elo pacificador entre a sociedade, poder público e empresa responsável. Continuaremos atentos e vigilantes. A BR-163 é uma veia fundamental da economia mato-grossense. E é nossa brava missão não deixá-la morrer. ▲



***Leonardo Campos é presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Mato Grosso (OAB-MT)**

A música não pode parar.

O Bateras Beat Cuiabá está fazendo 7 anos!

São 7 anos de dedicação à música em Cuiabá. Neste período mudamos de endereço, aumentamos nossa estrutura e abrimos uma segunda unidade.

Valorizamos nossos alunos e professores, trabalhamos com respeito às pessoas e empresas e fazemos nosso melhor para que, com todas as medidas de cuidado, a música continue parte da vida de todos, mesmo neste momento.

Nos adaptamos, nos cuidamos, crescemos e continuamos.

Agradecemos a todos vocês por acreditarem, conosco, que a música vale a pena.

E lembre-se: use máscara, lave bem as mãos ou higienize-as com álcool gel, mantenha uma distância segura e evite aglomerações.



ESCOLA DE MÚSICA

UNIDADE 01
QUILOMBO/CENTRO
Filinto Müller, 829
☎ 99994.6505

UNIDADE 02
JD. DAS AMÉRICAS
Rua La Paz, 546
☎ 99350.1091

2014 · Inauguração · Quilombo



2017 · Nova Sede · Quilombo



2021 · Nova Unidade · Jardim das Américas





Arquitetos Thais Braga Muraneto e o marido Felipe Doval Carames

Home-office: ambientes de trabalho são ressignificados com funcionalidade e aconchego

As transformações impostas pela pandemia trouxeram impactos positivos e home-office veio para ficar

 **ALINE ALMEIDA**

A pandemia não mudou apenas os nossos hábitos, mas transformou espaços. Sem dúvidas, no mercado de trabalho o impacto é um dos mais notórios e que veio para ficar. É o que explica a arquiteta Thais Braga Muraneto. Ela e o marido, o também arquiteto Fellipe Doval Carames, estão à frente da Ampliato Arquitetura e Projetos e revelam as principais mudanças com o “novo normal”.

Thais destaca que muitas pessoas se adaptaram às novas rotinas e, por permanecerem mais tempo em casa, sentiram a necessidade de criar novos ambientes, muitas vezes multifuncionais. As mudanças acontecem por conta do momento vivenciado no mundo. A arquiteta cita exemplos de sala íntima, que acaba sendo transformada em um ambiente home-office.

“Acreditamos que esta mudança veio pra ficar. Temos tido um





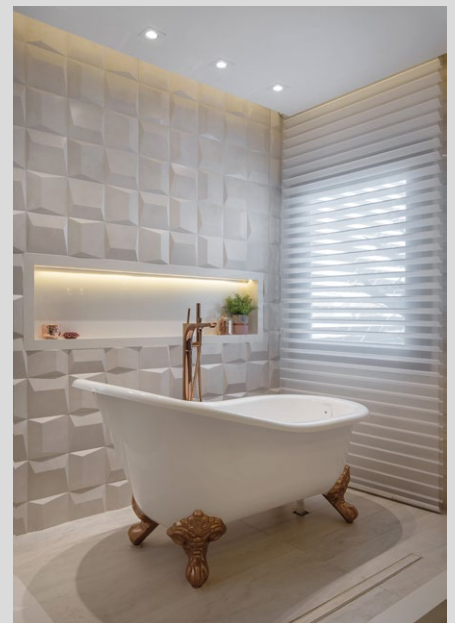
público cada vez mais interessado em projetos de interiores. Almejando não somente o resultado estético, como também funcionalidade, praticidade e aconchego”, pondera.

Os arquitetos revelam que o que mais tem sido notado é a busca por ambientes que sejam multifuncionais. “Ou seja, espaços reversíveis. No entanto, também temos recebido pedidos que nos convidam a mergulhar em uma atmosfera singular e criar espaços únicos. Como em um projeto em que planejamos um ateliê em uma residência”.



Ostemos de “superinformação”, rotinas cada vez mais agitadas e que trazem o sentimento da necessidade de viver cada momento, são elencados pelos profissionais. “Nossa missão é proporcionar isso às pessoas, criando e transformando ambientes em experiências para apreciar e sentir cada instante. Isso é muito gratificante e transformador”, destacam os empresários da Ampliato.

Thais e Felipe dizem que a pandemia fez com que as pessoas passassem a valorizar mais o tempo, os momentos compartilhados nos espaços



que passaram a ser mais utilizados. Ressaltam que os encontros passaram a ser momentos valiosos e o cuidado, o preparo e a forma de receber foram ressignificados. Neste contexto, os produtos Fernando Perez (Casa Cortina, Casa Rug e Casa Papel) são escolhas valorizadas pelo arquiteto. Thaís e Felipe avaliam que, além de encantar, os produtos têm qualidade inigualável e proporcionam uma experiência única aos clientes. “Sentimos carinho em cada detalhe. Quando os produtos Fernando Perez fazem parte de um projeto, asseguramos que o resultado será incrível”, confirmam os arquitetos. ▲

CIRCUITO *Chic*

com **Christiano Coelho**



Dentre as precursoras em mostrar looks no Instagram, **Thaylise Ferreira** formou-se em publicidade e foi funcionária pública, mas há 10 anos se dedica à profissão de digital influencer, o que já lhe rendeu o cobiçado ícone azul de verificada na rede social hoje com mais de 300 mil seguidores. Com ares de top model, a bela mato-grossense vive na ponte aérea fazendo pose seja no Copacabana Palace do Rio ou em alguma praia paradisíaca no México. Atualmente ela está vivendo em Londres e divide sua glamorosa rotina do frio britânico entre *posts* com looks de marcas consagradas da moda europeia. Por mensagem, a bela falou com a Coluna...

Como se consolidou neste universo de moda e luxo?

Pra mim aconteceu muito naturalmente. Sempre gostei de moda e acompanhei o que acontecia nesse universo, o que com o tempo me gerou um olhar mais sofisticado. Acho que isso vem da minha mãe, uma mulher elegante, que sempre se cuidou e se vestia bem. Não somos de família rica, mas sou filha única e meus pais sempre investiram no meu bem estar, estudei nas melhores escolas e tive acesso ao melhor que podiam me dar. Com o tempo, tive meu olhar apurado e conquistando acesso às marcas de luxo. Mas sempre mixando com marcas acessíveis. Não acho que ser chic significa só ter marcas caras, mas sim saber compor peças de grife com das marcas *fast fashion*, o que sempre fiz e mostrei.

Desde quando não mora mais em Cuiabá?

Mas vem com que frequência?

Não moro em Cuiabá já há 4 anos, quando me mudei para São Paulo. Na época ia até duas vezes ao mês não só para ficar com minha mãe que mora aí, também pelos amigos e cumprir agenda com parceiros daí. Mas vou sempre que posso. Agora que estou morando em Londres, fica difícil por eu não ter visto britânico e com o Brasil na *red list*, se fosse, não poderia voltar pra cá. Portanto não sei quando poderei ir, mas confesso que estou com saudades, mas espero ir em uma época que não esteja tão quente por aí.

Qual os reflexos da Pandemia em sua vida e trabalho?

Essa Pandemia deixou todo mundo meio maluco e fez refletir mais sobre a vida, valorizar a família... Me considero uma pessoa meio aventureira e tive sorte de conseguir viajar bastante durante esse período, apesar de ter pego Covid-19 duas vezes. O *on-line* cresceu muito durante a Pandemia então cresceu o volume de trabalho com as marcas mandando mais looks para mim o que fez com que eu me habituasse a produzir mais em casa e me acostumar a viver sem tanta agitação. Mas tenho muita sorte de ficar tudo bem. Minha mãe já pegou e foi tudo bem. Já foi vacinada e eu devo me vacinar em breve e isso me deixa mais tranquila.



Thaylise Ferreira e sua *glamour life*



Comunicador em Primavera do Leste, **Christiano Coelho** também é consultor de marketing, promotor e editor do site www.circuitochic.com.br. SIGA: @christianoceelho e @circuitochic

Onde está morando hoje e quais os planos de vida?

Estou vivendo em Londres por enquanto. Meus planos vão até Setembro, quando vence o meu visto daí volto para o Brasil, onde mantenho meu apartamento em São Paulo. Mas gosto muito daqui e não descarto, se puder, continuar por aqui. Estou estabelecendo minha rotina por aqui e tenho trabalhado bastante o relacionamento com marcas e pessoas do meio daqui, de modo a expandir meu trabalho.

Como se relaciona com os seguidores? Pelo fato de focar em *life style* de luxo, não sente represarias e como lida com isso?

Importante frisar que não foco só em luxo. Gosto de falar de tudo um pouco. Acredito na democracia da moda, tanto que foco em fast fashions como Zara, além de marcas acessíveis de atacado do Bom Retiro. Neste momento sinto que por conta da Covid-19 tem muita gente amargurada, mas não sinto isso afetando meu conteúdo.

Como você enxerga esse universo de digitais Influencer atual e no futuro?

Quando olho pra traz acho que evolui bastante e gosto muito do que construí, embora tenha muito que aprender e melhorar. Tenho pensado que o futuro das boas influenciadoras é criar produtos em volta do nome delas. Tenho pensado em viabilizar minha própria marca, até porque o as colabs tem preferido cada vez mais permutas e só depender das marcas não está mais tão viável. Penso em poder postar o que realmente gosto e me identifico dos outros, usando meu estilo aplicado em produtos a minha cara. É uma forma de manter essa profissão mais sustentável. Mas acho que influenciador é pra sempre, não importa idade, sexo, gênero, número de seguidores que tenha. Quem gerar conteúdo vai estar sempre engajando e vendendo um produto.

Tá solteira? Como vai a vida pessoal *off-line*?

Estou namorando e vim para Londres por causa dele. Sem pensar muito em planos para o futuro, estamos muito bem assim, embora namorar alguém de uma cultura diferente não seja fácil. Mas está sendo uma experiência incrível. Nos gostamos bastantes, estamos felizes e vamos ver no que vai dar. Muita saudade do Mato Grosso e me sigam!



Referência entre digitais influencer e com reconhecimento internacional, @thaylise_ferreira aqui com a mãe **Mariah Ferreira** em Cuiabá e com o namorado, o inglês iraniano **Edward Heywood**, com quem mora em Londres, Inglaterra

Após Lei Aldir Blanc, Mato Grosso prepara novas ações de fortalecimento à cultura

Somente pela Lei Adir Blanc, o Estado recebeu recurso de R\$ 50 milhões para contemplar projetos culturais

 **ALINE ALMEIDA / COM ASSESSORIA**

A Cultura foi um dos setores que mais amargou os impactos da pandemia. Ainda por muito tempo, deve sentir os resquícios deixados pela covid-19. O setor cultural sobrevive de shows, apresentações, exposições, do contato com gente. Contato este restrito pelas medidas de biossegurança para a contenção do vírus. Sem dúvidas, foi doloroso e ainda está sendo para o setor cultural ver tudo parado.

Para tentar amenizar este impacto, a Lei Aldir Blanc tem trazido fôlego a quem sobrevive da cultura em Mato Grosso. Secretário de Cultura, Esporte e Lazer do Estado, Alberto Machado, o Beto Dois a Um, destaca

os resultados alcançados pela Lei. “A Lei Aldir Blanc é um divisor de águas para a cultura em Mato Grosso e em todo o Brasil. Com absoluta certeza, a lei cumpriu sua missão. Foram três incisos: o que tratava da renda emergencial mensal aos trabalhadores da cultura, impedidos de trabalhar por conta das restrições da pandemia e passando por necessidades; o subsídio para manutenção de espaços culturais; e por fim os editais, que reacenderam a chama do setor cultural e reativaram sua cadeia produtiva”, destaca.

Beto ressalta que a lei trouxe um projeto muito amplo, com objetivos diversos, suprimindo as necessidades que este momento de dificuldade

exige. Salieta que o grande diferencial foi a democratização do acesso aos recursos. “Conseguimos pluralizar o atendimento ao setor cultural, em relação aos editais do passado. Destinamos 60% dos recursos para os municípios do interior de Mato Grosso e 40% para os municípios da Baixada Cuiabana. Criamos uma nota social para segmentos ‘invisibilizados’ da cultura, nunca antes valorizados por outros editais, em outras épocas”.

O secretário confirma que setores e agentes que nunca tiveram acesso aos recursos públicos destinados à cultura, desta vez, tiveram oportunidade. “Exemplo para cidades com menos de 40

mil habitantes, portadores de necessidades especiais ou uma nota social específica para mulheres. Artistas que antes não tinham acesso, hoje disputam de igual para igual. Entendemos que a distribuição desses recursos foi realizada de forma muito mais igualitária e democrática. Temos cidades que nunca tinham sido atendidas e hoje estão contempladas, ativando a cultura em seus municípios por meio da Lei Aldir Blanc”, diz.

Alberto Machado complementa que os editais foram criados para contemplar a cadeia produtiva da cultura de maneira abrangente. Poderiam participar, desde que comprovadas atuações no segmento da cultura e do entretenimento, pessoas físicas e jurídicas, associações e até empresas com fins lucrativos. “O objetivo era simples: reacender a chama da cultura e valorizar a cadeia produtiva do setor, contemplando profissionais de todas as frentes de trabalho, desde que ligados ao setor cultural”.

Beto frisa que o formato de avaliação teve de ser muito rápido, com prazos muito curtos, estipulados pelo Governo Federal. Confirma que não participou da seleção dos projetos, até para que a análise fosse isenta. “Afinal, é uma lei emergencial, que apesar de muito importante, chegou de maneira tardia. Para isso foi montada uma comissão responsável pela habilitação dos projetos, composta por membros do Conselho Estadual de Cultura e servidores da Secel”.

Há uma polêmica em torno da Lei Aldir Blanc, pois alguns municípios não utilizaram os recursos. Neste contexto, o secretário pontua que foram R\$ 50 milhões destinados ao Estado de Mato Grosso. Desse valor, metade foi direto para o Governo do Estado e os outros R\$ 25 milhões destinados diretamente às 141 prefeituras de Mato Grosso. Algumas prefeituras não quiseram fazer adesão a esse processo e reverteram R\$ 4 milhões para o

Estado, o que possibilitou lançar um novo edital de pouco mais de R\$ 29 milhões.

“Infelizmente, alguns municípios não entenderam a importância dessa lei para o segmento da cultura. Assim, se não me engano, foram 19 municípios que não fizeram uso do recurso e nem retornaram os valores ao Governo do Estado, para que pudéssemos ampliar nossos editais”, afirma.

Neste momento, esse dinheiro está parado e, em tese, teria que ser devolvido ao Governo Federal. “Mas, graças a uma ação da nossa bancada federal, em especial do senador Wellington Fagundes, um projeto de lei foi elaborado para ampliar os prazos, tanto de exclusão, quanto da prestação de contas. E se esse projeto for sancionado na íntegra, teremos a chance para que esses municípios não percam os recursos”. O secretário frisa que a Lei Aldir Blanc auxiliou quem estava realmente precisando de ajuda, além de possibilitar a manutenção de espaços culturais em todo o Estado e, por fim, os editais possibilitaram a manutenção da cadeia produtiva da cultura em Mato Grosso. “Hoje, para onde se olhe, é possível enxergar muitas produções em andamento: filmes, lives, shows, teatro, dança, música, literatura, exposições, festivais, seminários, mantendo a chama da cultura viva em nosso Estado”.

Cultura deve ganhar novo fôlego

Beto Dois a Um assevera que o Governo lança o Edital Movimentar, um auxílio emergencial para os trabalhadores da cultura e do esporte para realização de lives, no valor de R\$ 2 milhões, em parceria com Assembleia Legislativa de Mato Grosso, para implementar o ‘fazer cultural e esportivo’. “Um tipo de auxílio para que os artistas e esportistas consigam realizar seus trabalhos dentro de casa e com segurança”.

“A LEI ALDIR BLANC É UM DIVISOR DE ÁGUAS PARA A CULTURA EM MATO GROSSO E EM TODO O BRASIL. COM ABSOLUTA CERTEZA, A LEI CUMPRIU SUA MISSÃO”, CONFIRMA O SECRETÁRIO ALBERTO MACHADO.

Além disso, complementa que existem muitos editais planejados para este ano e para 2022 também. “Torcemos para que a vacina chegue de maneira efetiva e que a cultura recupe seu espaço de protagonismo na sociedade mato-grossense”.

Outra iniciativa da Pasta é o projeto MOVE_MT. O Governo de Mato Grosso, por meio da Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer (Secel-MT), se uniu ao Oi Futuro para alavancar a economia criativa do estado com o projeto.

Dividido em duas etapas, o MOVE_MT vai oferecer quatro workshops gratuitos para 200 empreendedores mato-grossenses e um ciclo de seis meses de aceleração, com formação, intercâmbio e mentorias para 30 negócios selecionados por meio de edital público.

Na primeira etapa do projeto, empreendedores da economia criativa de todo o Estado podem se inscrever para participar dos workshops coletivos e gratuitos, que serão realizados por meio de plataformas digitais. As oficinas abordarão temas de gestão, economia criativa, inovação e tecnologia.

Na segunda etapa, o MOVE_MT vai selecionar até 30 iniciativas de Mato Grosso para participar do ciclo de aceleração, que inclui mais de 2.500 horas de formação e mentoria, além de um intercâmbio no Lab Oi Futuro, no Rio de Janeiro, após a pandemia.

O edital prevê até R\$ 257 mil reais em premiações repartidas entre os participantes, por meio de bancas de avaliação com especialistas, ao longo do ciclo de aceleração. O objetivo é que as premiações impulsionem a evolução dos negócios e projetos. ▀

O que elas pagam

As mulheres eram adstritas ao ambiente doméstico familiar. Hoje, não mais! É inimaginável pensar no mundo sem a contribuição delas em todos os locais. Contudo, ainda são reféns, e isso é plenamente possível de se averiguar, pois acabam ‘pagando’ para estar em todos os lugares. Qual o preço?

Clarissa Pinkola Estés, em ‘Mulheres Que Correm Com os Lobos’, discorre sobre os arquétipos de mulheres, afirmando que a mulher selvagem foi sufocada e mascarada no decorrer do tempo pela sociedade patriarcal. Sempre tentaram fazer do ‘ser mulher’ um ser domesticado, retirando, ou melhor, ‘furtando’ o que lhes é natural, para fazer surgir aquela que a tudo aceita, para agradecer aos outros. Assim, existe um enorme temor em se libertar, por inúmeros sentidos. Seriam elas reconhecidas como difíceis? Estariam a representar aquelas que a tudo se queixam, as queixosas? Deixariam de serem as ternas e dóceis mulheres? Não seriam boas mães por absoluta falta de tempo? O que as faz ter tanto medo da verdadeira libertação?

As mulheres foram e são permissivas com a destruição dos seus próprios sonhos. Aceitam primeiramente fazer a vontade dos filhos e filhas, ou do companheiro, para depois, em sobrando tempo, realizar os próprios sonhos. Sufocam as vontades dentro de uma caixinha, realizando

os desejos de todos e todas à sua volta, para somente em restando possibilidades, extravasar os seus desejos.

Quantas mulheres acabam por ‘barganhar’ as suas vontades? Sim, para que possa trabalhar ou estudar, primeiramente atende aos reclamos dos que estão à volta. Explico. Como se fosse uma troca, um pagamento. Elas fazem tudo em casa, deixam tudo perfeito, para que não ocorram reclamações de que estão me dedicando a outra coisa, que não as atividades domésticas. Primeiro, elas precisam cumprir com as ‘obrigações’ impostas naturalmente e, também, coercitivamente, para, somente após, realizarem outras atividades inerentes ao ‘mister’ doméstico.

Rita Laura Segato diz que os homens cobram tributo para garantir às mulheres a inclusão nos grupos. Afirma mais, que esse ‘tributo’ é como um símbolo da dominação, devendo ser ‘pago’ em atenção. E essa ‘atenção’ seria: afeto, controle sexual e serviços domésticos. O homem é enxergado como homem, com ‘H’, se existem mulheres a lhes prestar alguma forma de serviço. A masculinidade fica colocada à prova se mulheres não se encontram ao redor desse ser humano a lhes prestar serventia.

Percebe-se que as estruturas que cercam todo esse circuito, trazem o malfadado ‘aprisionamento

feminino’ travestido da forma que elas devem ser e se portar, aliado ao ‘mentiroso’ carinho, cuidado, atenção, e por aí afora.

Elas ficam nas ‘teias’ familiares e nos relacionamentos amorosos, mesmo tendo a certeza de que estão corretas em buscar a verdadeira liberdade em ser, estar, agir e prosseguir.

Fico com Ângela Davis: “Você tem que agir como se fosse possível transformar radicalmente o mundo. E você tem que fazer isso o tempo todo.”



Rosana Leite Antunes de Barros é defensora pública estadual.



Novo Normal.

Mas aquela velha mania de promover carinho.

Divertida e estimulante, a natação infantil encoraja a aptidão natural dos mais pequenos em movimentarem-se na água. Um divertido momento de prazer partilhado entre os pais e os filhos!

Venha e matricule-se!

**ACADEMIA
MEDLEY**
*Você e seu filho
merecem o melhor*



 [academiamedley](https://www.instagram.com/academiamedley)

R. Ten. Eulálio Guerra, 162, Araes, Cuiabá - MT,
78005-510 - Te.: (65) 3624-1237



AMPLIE SUA PERCEPÇÃO
DE ESPAÇO E DE VIDA



HARISSA

Morar em uma casa suspensa é ter o espaço amplo de uma casa térrea com todas as comodidades de um apartamento. Além da nova noção de escala para o segmento, o Harissa traz arquitetura, design e paisagismo que convidam para os melhores momentos da vida.

O futuro chegou e está próximo de você, no Jardim das Américas.

CASAS SUSPENSAS

A PARTIR DE 165M² ATÉ MAIS DE 400M²

RJ: Sob Protocolo Nº 313700 - 6º Serviço Notarial e Registral de Curitiba

SÃO BENEDITO

(65) 3627.5555

www.saobenedito.com.br